

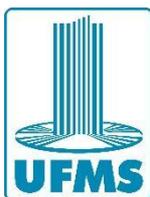
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO VOLEIBOL:  
(IM)POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO E RECONHECIMENTO NO ESPORTE  
DE ALTO RENDIMENTO EM CAMPO GRANDE (MS)

ANDREY MONTEIRO BORGES

CAMPO GRANDE

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

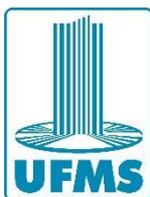
TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO VOLEIBOL:  
(IM)POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO E RECONHECIMENTO NO ESPORTE  
DE ALTO RENDIMENTO EM CAMPO GRANDE (MS)

ANDREY MONTEIRO BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Duque.

CAMPO GRANDE

2018



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A Comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos/as professores/as Doutores/as a seguir descritos/as, em sessão pública realizada em 26 de fevereiro de 2019, considerou o mestrando Andrey Monteiro Borges aprovado.

Professor Doutor Tiago Duque (Presidente, UFMS).

Professora Doutora Carmen Silvia Rial (Membra externa e titular, UFSC).

Professor Doutor Esmael Alves de Oliveira (Membro interno e titular, UFMS/UFMG).

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta anexada ao processo acadêmico do mestrando.



Dissertação realizada com o apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Campo Grande

2019

Para meu eterno pai e minha mãe  
e  
Para todas as identidades subalternizadas no esporte.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em específico ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), pois foi graças ao programa que este projeto foi materializado.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) que financiou este trabalho.

Aos professores do PPGAS por gera cacofonia das teorias da Antropologia as quais para mim eram todas novas. Pacientes e eficientes, todos os professores foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Um agradecimento especial para esses dois professores: Professor Doutor Guilherme Passamani e Professor Doutor Esmael Alves de Oliveira que estiveram comigo desde o começo da minha inserção nas discussões de Gênero e Sexualidade. Foi por meio de conversas, eventos, palestras, bancas e avaliações, em que tivemos muitas trocas até aqui realizadas e por isso eu agradeço.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Tiago Duque, por todos os ensinamentos, orientações, paciência, dedicação e, principalmente, o desejo e incentivo de me ver crescer, sempre acreditando e me fazendo acreditar no meu potencial.

Ao meu grande amigo e incentivador, Professor Doutor Marcelo Victor da Rosa, o meu sincero agradecimento por todas as oportunidades que você possibilitou que eu experimentasse na academia. De palestras a bancas de defesa de TCC, você foi e sempre será muito especial por tudo que fez pela minha trajetória acadêmica.

Aos grupos de estudos: *Impróprias – Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Diferenças* e ao *NENP – Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade*, por me possibilitarem discussões interdisciplinares e me fazerem sentir que era possível pensar Educação Física e Gênero em contexto social.

À Antropologia e a esse novo relacionamento sério na minha vida. Foi por meio dela que pude entender tantos processos ainda nebulosos em minha vida e também conhecer outras maneiras de olhar para as mesmas coisas. Foi e sempre será fundamental esse olhar que a Antropologia me proporcionou.

À professora Pós-doutora Carmen Silvia Rial que prontamente aceitou participar da banca de qualificação e defesa deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos a todas as contribuições proferidas, as quais me auxiliaram a findar este processo.

A todos e todas os/as colegas de turma do Mestrado por toda a troca e diálogos possíveis. Agradeço principalmente aos que estiveram mais próximos: Pâmella Rani, Carla Souza e Paulo de Lucca, pois vocês souberam ter paciência com um professor de Educação Física infiltrado na Antropologia e, a todo momento possível, estenderam as mãos quando precisei. Todo o meu respeito pela história de cada um.

Às Interlocutoras deste estudo, os meus sinceros agradecimentos pela confiança, disponibilidade e boa vontade para com a pesquisa. Vocês têm o meu respeito e admiração.

Aos amigos e amigas que fizeram parte diretamente deste processo: Carla Cristina, Fábio Dias, Maria Boeira, Wilker Ribeiro, Carolina Rezende, Mariana Rezende, Fernanda Borges, Natália Gama, Rafaellen Duarte, Luciana Moraes, Jade Parmeggiani, Marcela Rezente, Antonio Campagna, Renata Rezende, Rafaela Rosa, Vânia Lopes, Raquel Rezende, Paula Leite, Jean Pereira, Estevão Neto, Hugo Botelho, Leticia Recalde, Tábitha Molina, Juliana Diniz, Mario Olavo, Rafael Valente, Cezarino Júnior, Mireide Monteiro, Sandra Salomão e Adriene Duarte, vocês foram, são e serão sempre especiais em minha vida.

À minha irmã Francielly Borges e a minha sobrinha Júlia Borges, muito obrigado pela existência de vocês. Sinceramente, eu não conseguiria sem o apoio fraterno, tampouco sem a alegria da minha afilhada maravilhosa. Amo muito vocês.

À minha mãe, Mari Rita Monteiro, e ao meu eternizado pai, Valter Ribeiro. Obrigado! Isso tudo é por nós. Vocês, em todo tempo, foram meu combustível. Não haveria nada disso se não tivéssemos sonhado juntos. Eu sou grato em tudo e por tudo. Obrigado!

Ao ser de luz que nos guia, ao Deus, às Deusas, ao Pai, à Mãe ou o que for e como for chamado. Obrigado por me fazer sonhar e acreditar nisso tudo.

Por fim agradeço a todos e todas que possibilitaram que esse trabalho tivesse chegado até aqui. Toda minha gratidão.

## RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar como se dá a inserção de travestis e mulheres transexuais no voleibol feminino de alto rendimento em Campo Grande – MS. Ela tornou-se possível a partir da posição do Comitê Olímpico Internacional (COI), publicada por meio do relatório "IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November" (2015), sobre a liberação da participação de atletas transexuais nas Olimpíadas sem que elas/eles façam, obrigatoriamente, "alterações anatômicas cirúrgicas". Assim, foi possível desenvolver o fazer etnográfico em dois campeonatos, bem como entrevistar duas interlocutoras. Também foi possível realizar a etnografia no ambiente online, isso devido a repercussão internacional, nacional e local da decisão do COI. O referencial teórico é o pós-estruturalista, em especial os estudos queer, feministas e pós-coloniais. Os dados finais apontam para construção/produção da jogadora travesti/mulher transexual a partir de performances de gênero para o alcance de uma provável inteligibilidade do "ser mulher" jogadora de voleibol, da mesma maneira que se percebeu a relação da possibilidade de inserção e reconhecimento a partir de uma estratégia tática dos treinadores de voleibol.

**Palavras Chaves:** Voleibol; Travestis; Mulheres Transexuais; Reconhecimento; Estratégia

## **ABSTRACT**

This text has been translated into use as a result of a research that aimed to obtain a presentation of women and transsexual women of high income in Campo Grande - MS. This research became possible from the position of the International Olympic Committee (IOC), published through the IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November (2015), on the release of the participation of transsexual athletes in the Olympics without they are obliged to perform "surgical anatomical changes." Thus, it was possible to develop the ethnographic work in two championships, as well as to interview two interlocutors. Online ethnography was also possible to achieve the objective of this research, due to the national and local repercussions of the IOC decision. The partial data point to the construction/production of the female transvestite/transsexual woman from gender performances to reach a probable integration of the "being woman" volleyball player, in the same way that I could perceive the relation of possibility of insertion and recognition strategic and tactical game. The theoretical framework is post-structuralist, especially queer, feminist, and postcolonial studies.

**Key Words:** Volleyball; Travestis; Women Transgender, Recognition, Strategy

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
Diferença e diferenciações: a necessidade de categorizar para melhor entender.....	12
Da entrevista à etnografia: usando de ferramentas metodológicas para entrar em campo .....	17
Um breve histórico do voleibol e suas relações com o gênero .....	20
CAPÍTULO 1: “O que eu estou fazendo aqui?” Alongando ideias, aquecendo olhares e iniciando a partida etnográfica.....	24
1.1 Entre “viagens” e “copinhos”: “Saques” e “sacadas” em quadra .....	24
1.2 – “Recepcionando” práticas e levantando vozes esquecidas .....	37
CAPÍTULO 2: “A mulher ali, toda lisinha, perna, bunda, mas nada de exagero, nada de menos para não falar que é muito magrela”: Controle, Performances e Próteses, o “Ace” da inteligibilidade. ....	49
2.1 – O(s) sexo(s) e a produção da(s) verdade(s) .....	49
2.2 – Para além de hormônio: a busca pela passabilidade do gênero feminino .....	57
CAPÍTULO 3 – MULHERES E SEUS CORPOS: BLOQUEANDO POSSIBILIDADES E ATACANDO COM ESTRATÉGIAS .....	75
3.1 – Mulher não transexual e o esporte sob um olhar generificado.....	75
3.2- Agenciando as possibilidades com estratégias habilidosas.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	98

## INTRODUÇÃO

"Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio no Paraná"<sup>1</sup>. "Na Itália, transexual quebra barreiras e joga entre as mulheres"<sup>2</sup>. Essas manchetes se referem a jogadoras de vôlei em diferentes localidades (Curitiba – Paraná, no Brasil, e – na Itália). Juntas, anunciam o foco deste estudo, isto é, parte das novas experiências no campo das travestis e mulheres transexuais contemporâneas no esporte. O voleibol é tomado aqui como o lugar da experiência que pretendo analisar, isto é, como um dos lugares possíveis da formação identitária, "lugar de contestação", de posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais – inscritas, reiteradas ou repudiadas. Essa formação do sujeito e da experiência são processos que, do ponto de vista da agência, não desaparecem com o "eu" e o "nós", antes, o que desaparece é a noção de que essas categorias são unificadas, fixas e já pré-existentes, quando, na verdade, são modalidades de múltiplas localidades, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 2006).

O que ocorre e pode ser observado em alguns times e competições de voleibol feminino em Campo Grande, portanto, são partes de experiências que podem ser identificadas em outras regiões; no entanto, há especificidades que merecem ser identificadas, compreendidas e analisadas. Elas, sabidamente, compõem a cena generificada do esporte na capital de Mato Grosso do Sul e apresentarão contribuições importantes para os estudos sócio-antropológicos na região e no país.

### **Diferença e diferenciações: a necessidade de categorizar para melhor entender**

O gênero sendo pensado a partir das travestis e mulheres transexuais no voleibol nos permite entendê-lo nos termos de Judith Butler, afinal, ele

---

<sup>1</sup> BRUM, Adriana. Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio no Paraná. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/03/1867803-jogadora-transexual-de-volei-ganha-aval-para-disputar-torneio-no-parana.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2017.

<sup>2</sup> RODRIGUES, João Gabriel. Na Itália, transexual quebra barreiras e entre as mulheres. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/na-italia-transexual-brasileira-quebra-barreiras-e-joga-entre-as-mulheres.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2017.

[...] nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (2016, p.21).

Também, neste trabalho, o gênero será abordado como um processo de incorporação prostético, nos termos de Paul (Beatriz) Preciado (2002), pois

Há que se pensar gênero no marco de produção de um aglomerado de materiais sintéticos, como a pílula anticoncepcional, o silicone, o vestido, a arquitetura e os códigos de publicidade, a pornografia, os espaços sociais e suas divisões, a divisão dos corpos em órgãos sexuais e funcionais (PEREIRA, 2012, p. 375).

Os sujeitos trans, aqui entendidos como travestis e mulheres transexuais, possuem traços em comum, mas também há diferenciações que, segundo Anna Paula Vencato (2003, p.190-191), “já estão marcadas na apresentação visual desses sujeitos, e acabam ainda mais sublinhadas caso observadas suas práticas sociais”. Contudo, reforço que a forma como é problematizada e visibilizada a diversidade identitária neste estudo corrobora a noção de identidade de Avtar Brah:

Ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas (2006, p. 371).

Estes padrões específicos referidos pela autora, considerando contato prévio com a bibliografia e o próprio campo de estudos, podem ser experienciados, inclusive, pela mesma pessoa, considerando o manejo identitário da categoria travesti e mulher transexual em diferentes contextos, como no de competições entre times de voleibol feminino em Campo Grande.

Feita essas considerações, é possível identificar, ainda que sob rasura, a mulher transexual como uma pessoa que nasce assignada como sendo do sexo masculino, mas essa definição não corresponde a sua autoidentificação enquanto mulher ao longo da sua experiência de vida, o que leva muitas delas

buscarem a cirurgia de redesignação sexual. Em suma, é desta maneira que as pessoas transexuais estão sendo trabalhadas na literatura acadêmica no campo das Ciências Sociais, bem como nos movimentos sociais. Porém, é preciso pensar naquelas pessoas transexuais que não querem e/ou podem fazer uma cirurgia de redesignação sexual; afinal, nem todas dispõem de tempo, dinheiro e paciência<sup>3</sup> para isso. Não o bastante, ainda é preciso passar pelos processos judiciais de retificação do nome masculino (VENCATO, 2003).

Sobre esses dois campos, tanto o médico, como o jurídico, segundo Tiago Duque (2016), não se trata de reconhecê-los como sendo absolutamente distintos e não comunicáveis, antes, como campos de legitimidades socioculturais que se retroalimentam.

As travestis, por sua vez, procuram (de forma contínua e cotidianamente) romper com os traços/excessos masculinos que insistem em aparecer. Por isso, elas tentam ao máximo aproximar-se de um modelo hegemônico do que é um corpo feminino por meio de “processos de construção corporal”. Esses processos variam conforme a situação financeira das travestis, podendo ser frugal ou sofisticado (VENCATO, 2003).

As travestis ainda são quase sempre associadas à prostituição de rua, a vida noturna e a comportamentos agressivos (VENCATO, 2003). Como Duque descreve em sua pesquisa com travestis adolescentes,

As travestis são relegadas ao campo desvalorizado do feminino e, por se tratarem de homens que abdicaram do privilégio da masculinidade, têm sua identidade associada a um desvio de caráter que excede o vergonhoso e se aproxima do estigmatizável, motivo de escárnio e objeto de reações violentas. Assim, o interesse por pessoas do mesmo sexo cria a vergonha que se sofre, geralmente, em segredo, ao se sentir um estranho em um mundo apresentado como heterossexual, mas o rompimento das normas de gênero, por sua expressão pública, torna as travestis sujeitas a reações mais violentas e, no limite, estigmatizadoras do que as vivenciadas por outros homo-orientados como gays ou lésbicas (2011, p.141).

Mesmo com as diferenças aqui descritas entre travestis e mulheres transexuais, é comum, como já foi apontado, elas se auto-referirem ora transexuais, ora travestis, ora mulheres em contextos totalmente diferentes. Isso

---

<sup>3</sup> Paciência aqui é em relação ao tempo de espera para a cirurgia no Sistema Único de Saúde.

resulta numa construção de identidade raramente centrada em categorias fixas e permanentes (VENCATO, 2003). Talvez essa fluidez, flexibilidade de às vezes “passar por”<sup>4</sup> não travesti ou não mulher transexual seja, como Duque (2016) aponta, uma estratégia de sobrevivência diante das violências, de todas as ordens, de uma sociedade extremamente preconceituosa em termos de gênero e sexualidade. Não por acaso, segundo Fátima Lima (2013), aquelas e aqueles que ousam transitar os gêneros inteligíveis vivem principalmente a marginalidade e a prostituição.

Gêneros inteligíveis são definidos por Butler como

aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios são concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (2016, p. 43-44).

Portanto, em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, mesmo a mulher não transexual é representada como "o segundo sexo", enquanto gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (GUACIRA LOURO, 2001).

Segundo Danielle Viana e Cristiano Mezzaroba (2013), por esse motivo, do ponto de vista socioeconômico, vale ressaltar que muitas pessoas, principalmente as que têm menos acessibilidade a oportunidades, as que vivem às margens, que seriam ditas como as de classes sociais menos favorecidas, veem no esporte um meio de ascensão social e profissional. Parece ocorrer, de forma recorrente, mas não exclusivamente, o mesmo com o gênero e a raça/cor.

---

<sup>4</sup> “Passar por” ou “passabilidade” é um regime de visibilidade, a que diferente do armário gay, apaga o “sexo” e não a “orientação sexual” (DUQUE, 2017).

Com os campeonatos, de forma geral, sendo televisionados e patrocinados por empresas de grande porte, fica notória a ascensão do esporte de alto rendimento como uma oportunidade de profissão em que, em alguns casos, o necessário é, além de ter habilidades o suficiente para se destacar em alguma modalidade esportiva, cumprir com o ideal de seu respectivo gênero.

Para Dante Jr. De Rose et all,

O esporte é uma atividade competitiva que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos. A competição esportiva exige dos atletas uma dedicação intensa (muitas vezes exclusiva, dependendo do nível do atleta), com o objetivo de se obter o melhor desempenho, em busca de resultados traduzidos em vitórias pessoais e/ou coletivas. (2001, p. 25-30)

É considerado esporte de alto rendimento aquele que tem como objetivo a busca por vitória em competições, sejam elas intermunicipais, interestaduais, nacionais ou até mesmo mundiais, como, por exemplo, as Olimpíadas. Para tanto, é necessário que haja árduos treinamentos que são realizados (de forma geral) diariamente, cumprindo cargas horárias de seis a oito horas diárias, passando assim dos limites dos seus próprios corpos (VIANA e MEZZARROBA, 2013).

Segundo Wagner Camargo e Carmen Rial (2009), as competições do sistema esportivo seguem um padrão heteronormativo, pois são divididas em equipes femininas e masculinas, compostas por atletas homens, mulheres não transexuais e pessoas não travestis, além das/os competidoras/es buscarem um alto desempenho nos termos do padrão masculino exigido.

Em se tratando de jogos de alto rendimento, o trabalho aqui buscou entender como acontece a possibilidade de inserção e reconhecimento das travestis e mulheres transexuais no voleibol; também buscou entender a inserção delas nas equipes de voleibol feminino de alto rendimento em Campo Grande; analisou a forma como se dão os processos de identificação e diferenciação dessas jogadoras transexuais nas equipes de voleibol feminino de alto rendimento em Campo Grande; analisou como se dá o processo de reconhecimento no meio esportivo, isto é, para além das quadras (torcida e comissão técnica); analisar como se dá a materialização do corpo feminino de

travestis e mulheres transexuais jogadoras em equipes de voleibol feminino de alto rendimento na referida cidade.

Isso tudo é possível ser buscado como objetivos específicos deste estudo dada a ampla divulgação, em 2016, pela mídia (Jornal Estadão<sup>5</sup> e CNN Español<sup>6</sup>, por exemplo) a divulgação do COI (Comitê Olímpico Internacional - referência mundial no que se diz respeito a esporte), por meio de um relatório “IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November” (2015), de informações sobre as mudanças nas diretrizes para a participação de atletas transgêneros nas Olimpíadas. Passou-se a exigir apenas que as mulheres transexuais tenham a taxa de hormônio masculino (testosterona) regulada, isto é, abaixo de 10 nanomol por litro de sangue durante os 12 últimos meses e perante todo período da competição. Além disso, que elas sejam devidamente reconhecidas pelo gênero feminino, diferente do decreto anterior cujas mulheres transexuais só poderiam participar de jogos femininos se tivessem feito à cirurgia de redesignação sexual.

Mesmo com esse documento publicado pelo COI, existem muitas barreiras que as travestis e as mulheres transexuais enfrentam ao tentar uma vaga em um time feminino, pois apenas um decreto de nível mundial não bastou para que o preconceito e estigmas em relação às suas experiências identitárias fossem desconstruídos.

### **Da entrevista e da etnografia: usando de ferramentas metodológicas para entrar em campo**

Para melhor entender e viabilizar esta pesquisa, compreendo que o método mais adequado é o etnográfico, o qual pode ser, conforme José Guilherme Magnani, compreendido como

[...] uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu

---

<sup>5</sup> ZUCCHI, Gustavo. COI muda regra e permite atletas transgêneros na olimpíada. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,coi-muda-regra-e-permite-atletas-transgeneros-nas-olimpiadas,10000053822>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>6</sup> CNN. Atletas transgénero podrán competir en Río 2016 sin cirugía de reasignación. Disponível em: <http://cnnespanol.cnn.com/2016/01/26/atletas-transgenero-podran-competir-en-rio-2016-sin-cirugia-de-reasignacion/#0>. Acesso em: 12 mar. 2017.

horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (2009, p. 135).

Juntamente com as observações, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com, principalmente, travestis e mulheres transexuais de equipes femininas de vôlei, mas não apenas com essas interlocutoras. Considerando os objetivos deste estudo, também pude obter conversas informais com as/os atletas não travestis e atletas não mulheres, não transexuais, além de membros da comissão técnica e torcida. Essa pesquisa, portanto, tem abordagem analítica qualitativa que, segundo Michael Dalfvo Et al., “não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador” (2008, p. 6).

O contexto sociocultural é a cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul onde ocorrerá o campo offline. No entanto, a realidade observada e também onde se dão as interações não se refere apenas ao ambiente off-line, mas também foi feita uma pesquisa de campo no ambiente online, ou seja, uma etnografia virtual (online) das mídias digitais, sendo elas jornais online, redes sociais, vídeos etc. Isso tem como objetivo acessar as informações que se encontram publicamente no ambiente virtual dessas jogadoras transexuais e/ou travestis, exclusivamente no que se refere a questão delas e o vôlei de alto rendimento.

Etnografia virtual (online) é um método que vem sendo mais usado na área de Antropologia e Ciências Sociais (ADRIANA AMARAL Et al., 2008). Ele consiste em investigar os espaços online e interagir com as interlocutoras que acessam essas tecnologias, as quais Richard Miskolci chamou de “mídias digitais”. Segundo ele,

a rearticulação entre público e privado tem consequências éticas para as pesquisas com o uso de mídias digitais. Em contextos off-line, entrevistas definem mais claramente que as falas colhidas serão utilizadas em um trabalho científico e, em uma etnografia, a aproximação com os sujeitos de pesquisa costuma ser paulatina, a partir da esfera pública e

adentrando aos poucos na intimidade. Nas mídias digitais, diferentemente, costuma-se criar contato no privado de forma que a relação investigador/a-colaborador/a de pesquisa permite mais rapidamente acesso à intimidade, uma aparente vantagem que não deixa de criar embaraços e, sobretudo, dilemas éticos. (2013, p. 17)

Vale salientar que as etnografias de telas, segundo Rial, partem

do método etnográfico, buscam ir além do texto e ao encontro do contexto, das redes complexas em que estes textos se inserem e das quais emergem. Neste sentido, os antropólogos estariam mais propensos a captar os contextos dos textos da mídia. A etnografia, mais do que qualquer outro método, apresenta a capacidade de revelar os "espaços sociais" da televisão, a etnografia (de tela ou de audiência) sendo assumida aqui como uma prática de trabalho de campo, fundada em uma prática de coleta e análise de dados extensa e longa, que permite aos pesquisadores atingirem um grau elevado de compreensão do grupo social ou do texto estudado, mantendo uma reflexividade (2004, p. 30).

Ainda que o contexto de interesse seja Campo Grande, em termos metodológicos, para melhor compreender as especificidades, ou até mesmo identificar possíveis características comuns entre travestis e mulheres transexuais em equipes de voleibol de alto rendimento em Mato Grosso do Sul, também irei retroalimentar as análises com outras regiões do Brasil. O possível contato com suas histórias via imprensa e contato pessoal está no horizonte metodológico deste estudo. Não se trata de ampliar o foco de análise, antes, trazer informações que possam favorecer a melhor reflexão da experiência local, mesmo porque as informações circulam e as referências identitárias, e também esportivas, se retroalimentam, ainda que sendo referidas a questões de distintas localidades.

Por fim, realço a relevância dessa pesquisa, especificamente na área de Antropologia Social, pois ainda são escassos os estudos com essa temática envolvendo travestis, mulheres transexuais e esporte de alto rendimento, principalmente no que se diz respeito ao centro-oeste, especificamente em Mato Grosso do Sul.

## **Um breve histórico do voleibol e suas relações com o gênero**

A princípio, é preciso entender os esportes não apenas como processos esportivos, mas também como um meio social que precisa ser levado em consideração, principalmente quando se reflete sobre experiências e marcadores sociais da diferença. Em outras palavras, é preciso dar a devida atenção não só quando eles, os marcadores, operam em relação à produção das experiências, nos contextos de lazer ou no meio de competições e resultados, mas também se faz necessário evidenciar quando e como se deu a inserção e ascensão das mulheres, dos e das negras, deficientes etc. Contudo, neste texto, atender-me-ei especificamente nas participações das mulheres no Brasil.

Diante disso, dedico-me a fazer um breve histórico quanto a introdução do vôlei no Brasil. Há, nesse sentido, duas versões sobre o surgimento deste esporte. A primeira, segundo Oscar Valporto (2007), é referente a competição inaugural feita pela Associação Cristã de Moços em 1911, em Recife. A segunda, refere-se também a Associação Cristão de Moços, mas nesta sem local específico, sendo praticada em diversas regiões entre os anos de 1915 e 1916, segundo Carlos Bizzocchi (2004). O importante ressaltar é que os esportes em geral, assim como o voleibol, nesta época, já no formato de clubes, tanto em uma versão (VALPORTO, 2007) quanto em outra (BIZZOCHI, 2004), teve como seus primeiros jogadores os homens que participavam desta instituição.

Em 1923, o Clube Fluminense foi o primeiro a realizar um Torneio Aberto desta modalidade. Logo após, em 1924, foi criada a Associação Metropolitana de Esportes Atlético, a qual realizou mais dois campeonatos, apenas para os seus afiliados. Em 1938, originou-se a Liga de Voleibol do Rio de Janeiro que logo em seguida passou a ser a Federação Carioca de Voleibol (VALPORTO, 2007).

Os primeiros anos do voleibol no Brasil foram marcados por atividades internas de algumas poucas entidades e a disseminação da modalidade não se deu logo que ela chegou ao Brasil, mas foi ocorrendo ao passo de sua institucionalização, com a criação de federações nacionais (TATIANA MOREIRA, 2009, p. 54).

Nota-se que, logo no início, como observa Wanderley Marchi Junior (2004), o voleibol era praticado por associados dos clubes elitizados, ou seja, homens que eram predominantes do futebol; portanto, de maneira estratégica, e por sua relação de poder e de domínio do esporte na época, uma vez que o voleibol estava em ascensão e, de qualquer maneira, iria se polarizar e chegar até o Brasil, estes clubes trouxeram e iniciaram o voleibol em nosso país. Também vale ressaltar que estes esportes eram praticados principalmente na e por clubes localizados na região sudeste.

O modelo de difusão, as representações e as relações inerentes dessa prática esportiva foram copiosamente importadas da estruturada norte-americana. A incursão do Voleibol não ocorreu de forma aleatória ou em um clube qualquer. Respeitando um *habitus* configurado pelo praticante da ACM de Holyoke<sup>7</sup>, o Voleibol constituiu seu campo social em clubes que se destacavam pela capacidade de arregimentar as elites e os virtuais pólos diretivos da sociedade. Assim sendo, não por coincidência, a modalidade circunscreveu-se inicialmente em clubes do porte do Fluminense, do Botafogo, do Flamengo, do Paulistano, do Pinheiros, do São Paulo, entre outros (MARCHI JUNIOR, 2004, p. 107).

No que tange a participação das mulheres no voleibol, segundo Valporto (2007), iniciou-se em meados de 1930. Essa participação se deu por ser o voleibol o primeiro esporte a não ter contato físico com o time adversário e não necessitar, segundo Moreira (2009), de muitos esforços físicos. Dessa maneira, com a história do voleibol, torna-se possível pensar seus imbricamentos de questões relacionadas a gênero (MOREIRA, 2009).

Não muito distante da atualidade, observa-se que o esporte tem sua maneira de ser generificado, evidenciando/selecionando especificidades de cada gênero para cada esporte. Sendo o vôlei um espaço de práticas tidas como menos violentas e menos agressivas, era esse o lugar em que mulheres, tidas como femininas, deveriam estar. Entendendo aqui, dada a época, gênero/feminilidade/feminino como sendo correspondentes.

Ainda pensando sobre como o vôlei é um esporte criado com a ideia de ser menos violento e agressivo, podemos assim entender quanto ao imaginário

---

<sup>7</sup> ACM- Associação Cristã de Moços da Cidade de Holyoke, localizada no Estado de Colorado.

de que vôlei é um lugar não só para as mulheres, mas também para homens que não correspondem com o ideal de “homem de verdade”.

Assim, o homem “verdadeiro” deveria praticar atividades “de homem”, esportes de macho, entre os quais o futebol é exemplo recorrente. [...] Dentro dos padrões de gênero, por conseguinte, o vôlei é considerado uma atividade de mulheres e ao praticá-lo, um homem tem, automaticamente, suspeitas levantadas sobre a sexualidade. Dessa forma, segundo propõem os leitores-comentaristas, enquanto prática tipicamente feminina, o vôlei atrairia homossexuais, tanto nas quadras, quanto nas arquibancadas (DOS ANJOS, 2014, p.29).

Sendo assim, diante do exposto, entende-se que o imaginário em relação a quem deve jogar voleibol parte do princípio de uma não virilidade e masculinidade, o qual se aproxima do ideal de mulher e feminilidade. No que tange à inserção da mulher no voleibol, elas participaram do primeiro Campeonato Brasileiro de 1944, segundo Moreira,

Em paralelo à institucionalização do voleibol pelo país, deu-se o primeiro Campeonato Brasileiro em 1944, com a participação das equipes femininas dos estados concorrentes: Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal; e das equipes masculinas dos estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal (2009, p.58).

Desde então, entre alguns momentos de ascensão e outros de poucas conquistas, o vôlei tem se mantido como um dos principais esportes, no mundo e no Brasil. O momento aqui foi tomado de um breve histórico com a intenção de fazer uma síntese de alguns dos principais momentos iniciais do voleibol no Brasil, os quais dão sentido no que tange os temas dos capítulos aqui que serão abordados.

Quero aqui me ater na relação que o vôlei teve em diversas épocas com a ideia de fragilidade da mulher, bem como com a objetificação de seus corpos, principalmente ou até mesmo exclusivamente com os corpos que performatizam o ideal de feminilidade esperado cultural e socialmente das mulheres. Digo isso, pois, nesta dissertação, os processos de se produzir um corpo de mulher para um alcance de inteligibilidade (BUTLER, 2013) dentro de quadra ficarão

explícitos, conforme será relatado mais adiante. Esses relatos estarão presentes desde o primeiro capítulo até o último.

Dessa forma, no primeiro capítulo, tratarei de relatar a minha trajetória até chegar no campo aqui estudado. O fôlego aqui foi tomado para narrar como foi a minha incursão no campo como um professor de Educação Física, jogador de voleibol, homem, negro e gay. A partir disso, trago fragmento da etnografia e análises quanto a minha inserção como pesquisador nos campeonatos, os quais tinham a presença da jogadora transexual que é uma das interlocutoras dessa pesquisa.

Já no segundo capítulo, problematizarei o Decreto do COI, pensando suas formas de poder e controle, produzindo os corpos possíveis a participarem do esporte de alto rendimento. Essa parte emerge no sentido de entender como se dão as formas de controle por meio das diretrizes de hormônios e documentos. Na segunda parte, apresentarei os processos de produção dos corpos das interlocutoras em busca de uma inteligibilidade social/cultural do gênero feminino.

Para finalizar, o terceiro capítulo aflora sob um breve histórico da mulher não transexual no esporte, principalmente pensando quais eram as exigências/estratégias midiáticas, esportivas e sociais para que pudessem ocorrer os campeonatos e as participações dessas mulheres não transexuais no esporte. E, na segunda parte, versarei sobre as estratégias das possibilidades de inserção/permanência das jogadoras mulheres transexuais a partir de uma análise feita com o campo offline e online, entendendo essas inserções para além do desejo das mulheres transexuais, colocando em consonância os desejos e interesses de toda a comissão técnica.

## **CAPÍTULO 1: “O que eu estou fazendo aqui?” Alongando ideias, aquecendo olhares e iniciando a partida etnográfica.**

### **1.1 Entre “viagens” e “copinhos”: “Saques” e “sacadas” em quadra<sup>8</sup>**

No penúltimo ano do ensino médio, a escola pública na qual eu estudava iniciou treinamentos nas modalidades de futsal e voleibol apenas para quem já estava no 1º, 2º ou 3º ano. Muito dedicado nas aulas de Educação Física e extremamente interessado por esportes, inscrevi-me para participar das duas modalidades. Com o passar do tempo, já nos treinamentos, decidi optar - por motivos de não ser habilidoso com os pés, bem como me sentir muito fora daquele perfil de masculinidade hegemônica exigido naquele contexto do futebol - por ficar apenas no voleibol.

Não demorou muito para que começássemos a jogar, mesmo que em amistosos, contra outras escolas públicas e, com isso, circular, ver, conhecer, estabelecer novas amizades e contatos com outras pessoas que estavam neste meio esportivo específico do voleibol em Campo Grande, MS. Mas este período foi curto, pois faltava apenas um ano para que me formasse no ensino médio e iniciasse minha carreira acadêmica no ensino superior. Digo curto, mas não menos importante. Foi essencial esse ciclo em minha vida, pois faz todo o sentido as ligações e redes que foram estabelecidas a partir desses jogos, ainda no ensino médio, para que eu chegasse onde cheguei nesta pesquisa.

Confuso com a decisão de qual curso de nível superior deveria optar, porém encantado com a educação física, decidi me aventurar neste curso em licenciatura em uma faculdade privada de Campo Grande-MS. Sempre estive envolvido com as disciplinas mais assignadas para as mulheres, como, por exemplo, danças, voleibol, ginástica, corpo e movimento, ginástica dançada,

---

<sup>8</sup> “Viagens” e “copinhos” são dois tipos de saques utilizados no voleibol, sendo que o “viagem” é realizado lançando a bola para o alto e saltando para ir ao encontro da bola, fazendo o mesmo movimento de ataque. Já o saque “copinho” é utilizado geralmente por pessoas que estão aprendendo a sacar e realizam o movimento parado, fazendo um copinho com a mão, colocando a bola nele e de baixo pra cima lançam a bola para o outro lado da quadra. Aqui uso de maneira alusiva, pois o fundamento saque é o primeiro utilizado quando começa a partida. Por ser o primeiro movimento em quadra, o uso representando meus primeiros passos etnográficos. “Sacadas” aqui refere-se ao fundamento saque que é o primeiro movimento realizado em quadra quando a jogadora ou o jogador lança a bola para o time adversário. Quando uso “sacadas” é em alusão a eu me perceber sendo o outro (pesquisador/etnógrafo) no meio esportivo.

percebendo-me como um sujeito homossexual e me entendendo cada vez mais como um corpo que tinha performances femininas<sup>9</sup> e, assim, distanciando-me gradativamente de uma masculinidade viril que me foi assignada ao nascimento.

Essas disciplinas eram as que me saltavam os olhos, pois foi por meio delas que fui me aproximando de lugares, eventos, pessoas que estavam ligadas a essas matérias, pessoas essas que majoritariamente eram mulheres transexuais e não transexuais, gays e travestis. Foi a partir destas relações, principalmente com gays, travestis e mulheres transexuais que começaram a ser estabelecidas as minhas conexões e pensamentos com o campo aqui a ser explorado.

Agora não mais jogando em time de voleibol com fins de competição, mas ainda participando de jogos com objetivo de lazer aos finais de semana em um grupo que havia gays, travestis e mulheres transexuais, comecei a me inteirar mais deste meio e construir um vínculo mais íntimo com essas pessoas. Por mais que eu não estivesse competindo, várias pessoas deste grupo ainda competiam e, por estar neste meio de esporte profissional e já estabelecermos uma relação mais próxima, elas me convidavam para assistir os jogos.

Em uma dessas idas para assisti-los/las jogarem, percebi que a mulher transexual<sup>10</sup> que jogava no grupo comigo aos finais de semana também estava jogando entre os homens não transexuais em um campeonato masculino. Ressalto que o meu olhar era voltado para as questões de homossexualidades, feminilidades, masculinidades, transexualidades, travestilidades, pensando as vivências e diferenças daqueles corpos e comportamentos, porém não de forma teórica a pensar categorias e suas relações histórico-culturais como sujeitos pertencentes a uma cultura majoritariamente heteronormativa.<sup>11</sup> Em vez disso, questionava/estranhava essas vivências a partir das minhas experiências e relações como homem, negro (mesmo, naquele momento, ainda não me

---

<sup>9</sup> Performances femininas aqui são entendidas por gestos, características e atitudes que são assignadas para mulheres, como, por exemplo, dançar, dar aulas de ginásticas e usar shorts de ginásticas curtos.

<sup>10</sup> Trata-se de uma das interlocutoras deste estudo que logo abaixo será apresentada.

<sup>11</sup> Segundo Deborah Britzman (1996), heteronormatividade é a obsessão por uma sexualidade tida como normal/natural, por meio de discursos e práticas que alocam todas as outras sexualidades que não a heterossexual como desviante.

reconhecendo como tal), gay, classe média e próximo dos padrões hegemônicos de beleza.

É necessário sublinhar que, como disse Larissa Pelúcio,

anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (2012, p. 398-399).

Ainda sobre essas marcas que compõem as minhas experiências e vivências, faz-se importante salientar que estão aqui evidenciadas de maneira a não só me “anunciar” como citado acima, mas também para informar que são elas que me possibilitaram ter maior acesso a determinados lugares e pessoas, inclusive essas que tornaram essa pesquisa viável, conforme voltarei a citar ao longo deste texto.

Retomando a minha experiência anterior à pesquisa, mesmo que a presença dela enquanto mulher transexual era aceita em times e campeonatos masculinos (digo aceita, pois ela já cumpria com o ideal de ser mulher, mas não havia documentação, por isso não existia restrição quanto a sua participação), eu me indagava se essa mesma possibilidade de jogar nos times masculinos também era viável de acontecer em times femininos, isto é, ela jogar em um time de mulheres não transexuais. E, se fosse, de que maneira poderia acontecer, por quais meios e direitos isso seria possível. Também me questionava quanto ao iminente desejo de reconhecimento de gênero dela para com o esporte. Aqui não criando uma dicotomia sobre onde ela poderia ou não possa estar, mas sim analisando as possibilidades e relativizando os dois lugares, masculino e feminino.

A partir dessas dúvidas, conforme o tempo passava, o que eu observava a partir de mídias digitais e também pelas redes até aqui estabelecidas, a presença de mulheres transexuais no voleibol persistia, porém, agora, não mais apenas em times masculinos, mas também nos times femininos. Isso ocorria em nível internacional, nacional e regional.

Com base nessas primeiras questões, inicio os meus passos para entender melhor como se davam essas relações, comportamentos e práticas dessas mulheres transexuais, agora não mais apenas com o olhar direcionado

às minhas próprias vivências, experiências e curiosidades, mas também dialogando com categorias, métodos, da antropologia, sua maneira de pensar os sujeitos e suas relações, fazendo-me assim desnaturalizar meus olhares sob aqueles corpos, nomeando aqueles comportamentos e pensando em como consistiam as lógicas daquelas relações que ocorriam em quadra e fora dela.

No que tange à mulher transexual (e, às vezes, travesti) no voleibol, é importante salientar que toda a pesquisa até aqui realizada tornou-se viável devido a aceitação, contribuição, participação e disposição de Agatha Montenegro e Isabelly<sup>12</sup>. Enfatizo que, tanto com a Isabelly quanto com a Agatha há relações para além de “pesquisador” e “interlocutoras”, elas estão presentes e marcadas por amizade e confiança estabelecida anteriormente ao início da pesquisa. Ainda assim, a todo tempo busquei distinguir, diferenciar e reforçar os limites destas relações na/para a pesquisa, entendendo que nunca seria possível estar no lugar do outro, bem como falar por esse outro. Por sua vez, minha relação com elas passou a incorporar posturas que foram além de uma relação entre amigos, afinal, teoricamente e metodologicamente munido, passei a me colocar diante delas, e em relação a elas, também como um pesquisador.

Este início foi marcado por conversas com Agatha Montenegro falando sobre a minha pesquisa e dizendo para ela que seria muito interessante acompanhá-la em seus jogos para começar minhas observações quanto à pesquisa e ao campo.

Nossa primeira conversa, já demarcada pela perspectiva do campo, ocorreu em um desses nossos jogos de lazer nas tardes de sábado. Entre vários assuntos ela abordou o decreto do Comitê Olímpico Internacional (COI), que ao final de 2015 autorizou mulheres transexuais jogar em times femininos. Sentada, amarrando seu tênis para começarmos a jogar, ela diz: “Agora, com esse decreto, eu vou fazer de tudo para participar de um campeonato feminino, até porque já estou treinando com o time feminino”.

Eu, ao lado dela, curioso com essas informações e refletindo como ela faria “de tudo”, perguntei que estava pensando em fazer para que desse certo participar em um campeonato feminino. Muito informada e ansiosa por este momento, ela responde que seguiria as regras do COI e “daria tudo certo”. Afinal,

---

<sup>12</sup> Nomes escolhidos pelas interlocutoras com intuito de preservar suas identidades.

ela já fazia hormonioterapia há 14 anos, então só lhe faltava a retificação do nome civil.

Desde muito nova, quando ainda homem afeminado, Agatha Montenegro já era apaixonada por vôlei. Branca, de classe média, gay, com um jeito afeminado e já se percebendo diferente dos outros meninos, tentava conciliar escola e os treinos de vôlei. Digo conciliar no sentido de suportar as pressões da sociedade em não saber lidar com o sujeito que não corresponde a norma de gênero, sexo e sexualidade, da categoria do que é ser masculino/homem ou feminino/mulher heterossexuais, os quais legitimam os corpos que são humanos. Para Butler, as

imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses dois gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (2016, p. 162).

No decorrer dos anos, já em sua adolescência, Agatha Montenegro, não suportou as pressões na escola. Ainda jogando vôlei amador<sup>13</sup>, foi em busca de um emprego, conseguindo um como garçom. Foi nesta mesma fase, no início da década de 2000, que ela, ainda ele, começou a se perceber travesti. Para que ela pudesse transformar seu corpo dando materialidade às características ditas femininas, ela saiu da casa dos seus pais, pois, como ela mesma salientou, “morria de medo de afetar meus pais”.<sup>14</sup>

Como um presente de seu pai, ganhou uma casa. Ela mudou-se para lá com alguns amigos, todos gays e jogadores de vôlei. Entre mudanças sutis e pouco expressivas, justamente para não desagradar seus pais, Agatha começa a se transvestir com seus amigos, apenas nas noites de suas folgas do serviço, para ter encontros de sexo casual.

Entre noites de pura *ferveção*,<sup>15</sup> Agatha recebeu o convite de uma amiga, que estava em sua cidade de passagem, para conhecer uma outra capital do centro-oeste. Segundo a amiga, a vida noturna de baladas, prostituição e, principalmente, para materializar o seu corpo com características ditas femininas era muito melhor.

---

<sup>13</sup> Aqui eu entendo amador como quem pratica esporte de forma não profissional.

<sup>14</sup> Fala obtida em uma conversa informal com a interlocutora.

<sup>15</sup> Ferveção, segundo minha interlocutora, é quando se divertem sem compromisso.

Cabe aqui ressaltar que, para as travestis, essa materialização do feminino não é algo que se dá simplesmente por uma vaidade ou futilidade. Segundo Marcos Benedetti,

As travestis, ao investir tempo, dinheiro e emoção nos processos de alteração corporal, não estão concebendo o corpo como um mero suporte de significados. O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos (2005, p. 55).

Agatha, nesta época, trabalhava como garçom em uma pizzaria. Porém seguia insatisfeita com o salário e decidiu que iria vivenciar experiências de ser travesti, sem medo, em uma cidade que poderia lhe proporcionar o que desejava, ela decidiu se mudar para a outra capital, deixando seus amigos, emprego e família. Essa decisão foi motivada por uma expectativa de vida melhor e por mais oportunidades.

Entre quadras, boates, bares e esquinas, Agatha, já quase na primeira década de 2000, maravilha-se com a nova grande cidade, tece sua rede de amigos e amigas, e começa a *batalhar*<sup>16</sup>. Segundo ela, foi nesta capital, longe do pai e da mãe, que se profissionalizou enquanto prostituta travesti e potencializou suas performances femininas. Segundo Benedetti, em relação às travestis,

é também nesses lugares que aprendem os métodos e as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais), aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (2005, p. 115).

Não foi diferente com Agatha, em uma dessas noites de *batalha* ela fica sabendo por uma amiga que no interior do Novo Estado existia uma Travesti *bombadeira*<sup>17</sup>. Não demorou muito para que ela entrasse em contato com a

---

<sup>16</sup> Batalhar, segundo Agatha, é se prostituir de forma profissional/remunerada.

<sup>17</sup> Bombadeira é o nome que as Travestis usam para se referir a Travesti que aplica silicone, neste caso, ao silicone de gel, o qual foi usado por Agatha.

*bombadeira* para se programar, poupar o dinheiro necessário e dar o início às mudanças que ela julgava ser necessárias para ter um corpo feminino de mulher.

Dia após dia, cliente após cliente, *Agatha*, já em processo de hormonização, consegue economizar todo o dinheiro que precisava para ir ao encontro da Travesti *bombadeira* iniciar suas transformações.

Entre mudanças nos seios com próteses de silicone, silicone em gel na bunda e nas pernas, cabelos compridos, deslumbrada com a realidade de oportunidades desta outra capital e com dinheiro suficiente para reformar sua casa, *Agatha* decide voltar a Campo Grande, para rever seus familiares, repaginar sua casa e seguir sua vida.

Agora ela, não mais ele, com todas as transformações feitas, começou a *batalhar* de forma profissional com anúncios em sites de serviços sexuais, facebook profissional, e, quando o movimento não estava constante de clientes, ia para as ruas onde havia maior concentração de profissionais que prestavam serviços sexuais em um bairro periférico da cidade.

Para além de suas vivências, *Agatha Montenegro*, agora loira, cabelos cumpridos, com seios fartos e “bunda de dar inveja para muitas mulheres”<sup>18</sup>, começa a sentir e se perceber mais mulher e mais feminina. A materialidade do corpo “feminino” lhe gera segurança e, sem pensar nas consequências, ela desfruta de prótese de silicone, silicone em gel, entre outros fármacos.

Hoje, aos seus 33 anos, de cor branca, cabelos loiros, 1,70 de altura, mulher transexual e que afirma ser heterossexual, tem em suas performances o que a faz se perceber mulher e feminina. Nas palavras dela, ser mulher depende do contexto sócio/histórico/cultural.

Não existe modelo. A questão é assim: depende muito de sociedade. Na nossa sociedade, como que a mulher tem que ser? Mais casta, mais em casa, mas ela não deixa de ter sua liberdade. Os muçulmanos já tratam a mulher como um animal. Então, depende do que a sociedade imprime muito quem você é. Por exemplo, não tem como falar assim: “é um exemplo” eu sei da minha sociedade. Minha sociedade, heteronormativa, faz o que com a mulher? Tem que ser dona de casa, tem que cuidar dos filhos, é isso que a mulher... tem que ser feminina, tem que fazer unha, tem que pintar o cabelo, tem que se depilar, tem que não sei o que isso que a sociedade e a mídia imprimem. A sociedade é assim, então mulher, em cada lugar do país, ela tem

---

<sup>18</sup> Frase dita por *Agatha* em uma conversa informal sobre o resultado de suas transformações.

uma forma de ser tratada. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Os mesmos percursos não foram traçados por Isabelly. Segundo ela, é jogadora de voleibol desde os 17 anos, quando iniciou nos treinamentos de voleibol ainda como foi assignada ao nascimento, isto é, homem - mas recentemente tem dado seus primeiros passos na transição para o gênero feminino -, jogou por vários times masculinos, quando ainda se via como homem, gay e afeminado. Mas o que torna ímpar a trajetória de Isabelly é o fato de ela ter começado a treinar esse esporte em um time feminino de voleibol da escola onde estudava, antes mesmo de se declarar travesti/transsexual. Segundo ela, “porque não tinha vôlei masculino na época”.

Nestes treinos femininos, o técnico de Isabelly já comentava com ela sobre uma futura possibilidade de ela competir em times femininos. Segundo ela, sempre houve o desejo de jogar por times femininos e não masculinos, porém eram apenas esse último que lhe era “possível” o acesso e “permanência”.

Quando perguntei como foi que surgiu essa situação de ela treinar no time feminino e ter o apoio do técnico, Isabelly relata que já tinha o incentivo dele desde aquela época.

O incentivo vem desde a época de ser aquela gay afeminada, há oito anos atrás, na minha cidade lá no interior de São Paulo, dessa forma. Porque eu treinava, tudo começou o quê? Que eu treinava vôlei feminino, porque não tinha vôlei masculino na época. E aí eu mudei de escola para jogar vôlei masculino. E ali, eu fui para o time da cidade, e com o time da cidade que eu fui chegar a masculino, eu ia, treinava no feminino. Treinava no feminino e cinco e meia ficava no masculino. E o técnico de lá já falava isso. Já tinha essa possibilidade antes de o COI autorizar, o COI falar, o COI aceitar tudo isso. Hoje em dia eu paro e penso em encontrar com ele e tocar nesse assunto. Seria muito interessante, porque ele sempre comentou: “ah, já imaginou se você fosse mulher, mesmo, e pudesse jogar? Nossa, eu ia querer você no meu time” e assim vai. O leque das pessoas, de profissional, de aceitar, de querer mulher trans jogando é grande, né? O que passa muitas vezes é terminar todo esse processo. E buscar. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Por não cumprir com a masculinidade que lhe sempre foi exigida, nesses mais ou menos 10 anos de voleibol, Isabelly passou por diversos momentos de rechaços, preconceitos. Desde brincadeiras preconceituosas em quadra, até a

retirada dela de um renomado time nacional masculino a pedido dos patrocinadores.

Esses momentos bélicos que Isabelly passou, sempre sendo questionada quanto a sua sexualidade e seu gênero, fizeram-na desistir de jogar voleibol como homem, gay e afeminado. Já cansada, isso a impulsionou a fazer a transição com hormônios e adereços ditos como/de/para mulheres.

Para mim, foi no momento em que eu quis. Não, eu já... para mim já deu, bastou, não sou dessa forma, não estou satisfeito comigo fisicamente e eu vou tomar uma coisa que eu quero para minha vida, e vou me aceitar independente das pessoas. Independente... ainda mais eu, eu tenho o apoio familiar total comigo. Então para que é que eu vou precisar do que as pessoas vão dizer?! (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Ela, agora com seus 28 anos, de cor parda, cabelos longos e alongados com mega hair<sup>19</sup> até a cintura, de cor castanho escuro, com seus 1,98 de altura, está há pouco mais de um ano fazendo hormonioterapia e jogando vôlei como, ela mesma se entende, mulher transexual. Em relação a sua orientação sexual, ela respondeu: “como que eu posso te dizer... é passiva, não sei como te falo”. Mas, no desenrolar da conversa, após mais algumas perguntas, ela deixa claro que a sua orientação sexual é heterossexual.

A partir do pensamento que gênero é construído e que há um ideal de sexualidade, é possível pensar sobre como as sexualidades - que não a heterossexual - buscam, de alguma forma, o enquadramento dentro das normas de inteligibilidade de sexo/gênero a partir de reiteração da própria norma. Isto é, o fato de Isabelly decidir não mais ser o homem, gay e afeminado, para fazer sua transição de gênero demonstra como o vôlei, sendo um meio preconceituoso, produz corpos que buscam a “normalidade” a partir da reiteração da norma. Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, essa experiência pode ser um tanto conflituosa, “provocativa e desestabilizadora, mas não é capaz por si só de modificar a norma” (2007, p. 259).

---

<sup>19</sup> Mega hair é uma técnica para alongar o cabelo, colocando um aplique de cabelos naturais ou sintéticos na cabeça da pessoa que deseja aumentar os cabelos.

Corpos considerados inabitáveis tendem a ser disciplinados. O dispositivo de poder (COI), categoria de Michel Foucault (2017), estabelece por meio de seus decretos quais serão o sexo e o gênero que são possíveis dentro de quadra e assim os reconhecem como legítimos. Isto é, a partir de uma heterossexualidade compulsória, os sujeitos transgressores precisam se adequar para sair “de uma região exterior de seres indiferentes, questionáveis ou impossíveis, ao terreno discursivo do sujeito” (BUTLER, 2002, p. 180).

Para tanto, se sujeitar a se adequar às normas está para além de uma questão de gênero e sexualidade (silicone, hormônio, próteses), estas mulheres, principalmente as duas interlocutoras deste estudo, partem de um processo de um embranquecimento, por exemplo, ao tingir seus cabelos de loiros, os alisarem, o qual nos mostra que a produção de normalidade é a partir não só de sexo e gênero, mas também de raça e classe. Classe, pois é necessário ter condições financeiras para fazer toda essa produção e modificação estética.

É a habilidade para fazer com que a personagem pareça crível para produzir o efeito naturalizado. Este efeito é, em si mesmo, o resultado de uma corporificação de normas, uma reiteração de normas, uma encarnação da norma racial e de classe que é, por sua vez, a figura de um corpo que não é nenhum corpo em particular, e também o ideal morfológico que continua sendo o modelo que regula a atuação, mas de que nenhuma atuação pode aproximar-se (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 266).

Porém, mesmo havendo uma busca pela “normatização” de suas existências e experiências, ainda assim esse processo nunca estará dado por acabado. Segundo Márcia Arán,

Se a produção repetida da normatização da sexualidade é necessária, isto significa que a materialização nunca é de fato completa, dado que os corpos nunca obedecem por completo às normas pelas quais sua materialidade é fabricada. Se os sistemas de sexo-gênero são construídos historicamente por meio de relações de poder, como ressalta Foucault e Butler, o gesto que instaura a norma produz também um domínio de corpos excluídos e abjetos, os quais servem de fronteira ou de limite de inteligibilidade. Várias manifestações das sexualidades são, desta forma, consideradas ininteligíveis, irreconhecíveis e inviáveis. A força da normatização se dá justamente pelo

recalque, pelo repúdio ou mesmo pela forclusão deste território que deve permanecer fora das possibilidades de simbolização (2006, p.52).

Mesmo fazendo todo o processo de hormonioterapia e tudo o mais que envolvia a transição de gênero de Isabelly, ela continua a jogar em times masculinos, mas definitivamente como uma mulher, assim ela a define atualmente, aguardando estar dentro dos parâmetros exigidos pelo COI para iniciar sua participação em times femininos.

Como fiz com Agatha, perguntei à Isabelly o que é ser mulher. De forma parecida com a da outra interlocutora, ser mulher para ela é ser “mais feminina”. Em suas palavras:

As pessoas têm essa imagem, às vezes, de olhar uma mulher feminina, do que de olhar uma mulher bombada. Tudo bem que agora está na moda ser mulher bombada, né?! Mulher pernuda, mulher com a perna maior do que a bunda, os homens ficam fascinados, muito por isso. Mas se for ver, eu acho que tira, sai um pouco do padrão da feminilização, do feminino, essas coisas todas. Eu vejo e falo, eu mesma me busco na feminilidade, não me vejo como mulher trans bombada. “Ah, vou colocar um pernã”... não, não me vejo nisso, entendeu? (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Para além de hormônios e documentos de comprovação, ser mulher é constituído por performances femininas e que desprende de delicadezas. Os aspectos da feminilidade e todo arsenal de uma maneira de ser feminina que isso envolve é o que mais evidência na inteligibilidade de ser mulher para elas. Essas performances femininas, segundo Jorge Leite Jr (2008), é uma procura por uma feminilidade absoluta, a qual essas mulheres transexuais buscam identificar-se.

Segundo Isabelly, essa feminilidade não é percebida nas Travestis, uma vez que os discursos dela e de Agatha evidenciaram que a identidade da mulher transexual é construída em oposição à identidade travesti. Enquanto a mulher transexual é feminina, sem exageros e mais casta, a travesti é relegada a vulgaridade, prostituição e descuido. Isabelly afirma que:

A travesti para mim, no caso, eu posso julgar um pouco do vulgar. A coisa do vulgar mesmo. A transexual também pode vir

muito ali da prostituição. Mas, assim, a postura. A postura do jeito que ela se porta, da forma que se veste, você entendeu? E perde a feminilidade, um pouco. A travesti tem essa diferença da feminilidade, com as transexuais. Não se preocupa em se cuidar. É meu ponto de vista, muitas vezes a gente percebe isso. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Agatha comenta que travesti, na sua concepção, é

[...] travesti... você pesquisa no dicionário: travesti é aquela pessoa, aquilo que se traveste, como um homem que se traveste para fazer um show, ou uma *crossdresser* se traveste, para... um desejo sexual... então, para mim, travesti tem que englobar esses termos. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Definir e/ou discutir essas questões de identidade passa pelo crivo de reduzir ou limitar essas experiências; contudo, há nesse aspecto um desejo de salientar o quanto as mulheres transexuais buscam, de certa maneira, perceber seu processo identitário sendo construído em oposição às travestis, pois, quando classificamos, estamos sujeitos a estabelecer divisões e atribuir “rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2001, p.16).

Essas diferenças que são atribuídas por e entre elas surgem como algo relacionado às próprias experiências internas do gênero. Há um desejo de cumprir com um éthos de ser mulher, não de saber ser uma mulher não transexual, porém o desejo de se inserir socialmente em expressões que são ditas como próprias para as mulheres.

Há também uma marca temporal da categoria travesti para transexual. Muitas travestis ingressaram na academia e passaram a se autodenominar transexual. Há uma temporalidade entre essas duas categorias. Ela, a temporalidade, está ligada à mudança da designação do que é o projeto de ser travesti. Isso está ligado às novas possibilidades, de antes e de hoje. Agora, com a higienização da categoria travesti para transexual, “não é mais afastada para as margens concretas ou imaginárias do convívio social, mas convocada a se adaptar às normas de gênero no período” (LEITE JR, 2011, p.197).

É exatamente por causa da aparência que – ressalvas as diferentes formas de se vestir, se comportar e de vocabulário – travestis e mulheres transexuais, no contexto político, flexibilizam e utilizam estrategicamente a sua transidentidade. Em certos contextos e espaços, é mais proveitoso ser vista como transexual; em outros, ser travesti pode lhe trazer mais inserção social. Isso vai depender dos ganhos e perdas subjacentes à assunção política e social de determinada identidade de gênero. A categoria transexual, ainda que seja cunhada pelo conhecimento médico-psi e traga em seu bojo toda uma carga de patologia, oferece um desligamento da escolha-opção do sujeito em ser transexual e, mesmo que se estigmatize a pessoa transexual patologizando-a, acaba sendo utilizada por muitas mulheres transexuais como uma forma de purificação que as retira da conexão que tem sido realizada entre travestilidades e prostituição (SANTOS, 2014, p.85).

Uma vez sendo corpos mais higienizados e alcançando uma inteligibilidade de ser mulher jogadora de voleibol, essas transexuais buscam uma passabilidade como tal. Há, nesse sentido, uma necessidade de, nas palavras de Duque (2017), “atingir” a passabilidade. Em outras palavras, é necessário “passar por” mulher jogadora de voleibol em time feminino para que assim, dentre todos os outros aspectos, possa atingir uma possível inserção no campeonato.

É oportuno destacar que a passabilidade não é constituída única e exclusivamente pelo gênero e sexualidade, mas que está intimamente interseccionada com raça/cor, classe, idade, entre outros marcadores sociais de diferença. Além disso, também está vinculada a poderes diversos (médicos, jurídicos etc.) que legitimam ou não essas experiências (DUQUE, 2017). A passabilidade refere-se a “passar por” ou “não passar por”, categorias êmicas que Duque (2017) usa para relatar sobre como pessoas travestis e transexuais atingem ou não a inteligibilidade de ser homem ou mulher a partir de marcadores sociais de diferenças.

Um exemplo potente para pensar como se constitui o “passar por”, no meu campo, é quando Agatha me responde sobre uma possível passabilidade de ser mulher transexual.

Só não tenho útero, só não posso gerar. Porém, todo mundo ainda vai falar: “é uma mulher transexual, já foi homem”, sempre vão falar isso. Não adianta. Só se você *fazer* a cirurgia e morar... fazer a retificação dos seus documentos e morar numa cidade em que ninguém conheça. Aí você ganha a passabilidade de

you não ser tachada como mulher transexual. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Assim, mesmo passando por mulher diante de quem não a conhece como transexual, essa identificação normativa, inteligível, não é algo fixo, terminado, concluído e definitivo, nem ao Outro, nem a elas próprias.

## 1.2 – “Recepcionando”<sup>20</sup> práticas e levantando<sup>21</sup> vozes esquecidas

No dia de nossa primeira conversa, Agatha jogara algumas partidas de vôlei em um time misto composto majoritariamente por homens gays. Ali é o espaço onde não persistem restrições sobre a sua posição na quadra. Do ataque ao saque, Agatha pode desempenhar diferentes funções sem limitações. Entre gritos de muito bajuba<sup>22</sup>, afrontes<sup>23</sup> e risadas, neste ambiente esportivo, quase que inteiro gay, estão presentes seus melhores amigos e pessoas nas quais ela confia.

Agatha, de alguma maneira, sentindo-se bem e  vontade com essas pessoas que ali frequentavam, inclusive eu, tende a compartilhar neste espaço suas vitórias e conquistas. Seja o nome social, seja os treinos em times femininos ou, até mesmo, seu convite para participar do primeiro campeonato de sua vida como mulher transexual em time feminino.

Por ter recebido o convite para assistir ao seu primeiro jogo como mulher transexual em time feminino, eu entendi que ali iniciava meu campo etnográfico. A partir de então, com olhar de acadmico de mestrado, obtive novos olhares

---

<sup>20</sup> A “recepção” no voleibol é o ato de receber a bola quando o/a jogador/a do time adversário a lança. A uso aqui de maneira alusiva representando a maneira como foi possível lidar com as pessoas que participaram deste estudo.

<sup>21</sup> O “levantamento” acontece quando, depois de ter recepcionado a bola, o/a jogador/a na posição de levantador recebe a bola e levanta a bola para o/a atacante. A uso aqui de maneira alusiva representando a maneira como  possível fazer os sujeitos transexuais deste estudo falar.

<sup>22</sup> “ parte de um processo criativo, tão somente incorpore uma série de palavras de línguas alienígenas, como as provenientes do lorub-Nag, do francês, do inglês, quão esteja atrelado ao uso performático que a linguagem acaba acarretando, ou seja, faz parte de um constructo da identidade homossexual” (SILVA FILHO; RODRIGUES, 2012, p. 50).

<sup>23</sup> Em ambientes como este, composto majoritariamente por gays, travestis e mulheres transexuais  recorrente eles e elas se provocarem com bajubas e/ou piadas. Essas provocações so o que nós gays chamamos de afronte.

por meio das disciplinas tanto obrigatórias<sup>24</sup>, quanto optativas<sup>25</sup> que cursei no Programa de Pós Graduação. Entendo a importância e relevância de cada uma para pensar desde o fazer etnográfico, até os possíveis entendimentos dos sujeitos e suas relações com o meio e com o outro. Os eventos e as ricas discussões nestes espaços também foram de muitos aprendizados. Desse modo, entendendo sobre o fazer etnográfico e me sentindo pronto para a observação participante foi que, em maio de 2017 dei início ao campo, por meio de um convite para prestigiar a estreia da participação de Agatha Montenegro, sabendo que eu estava interessado em pensar mais sobre sua participação e as relações possíveis de acontecer naquele campeonato.

É importante destacar que se torna improvável fazer uma etnografia tão densa e participante como Bronislaw Malinowski (1984) fez. Como afirma Daniel Miller,

é que esse período de tempo proporcionava a oportunidade para conhecer as pessoas e para estas se familiarizarem com a presença de um estranho. Nessa experiência não há nenhuma pretensão de que se estivesse alcançando algum estado puro de presença objetiva. Isso é visto, no entanto, como substancialmente diferente do relacionamento encontrado nas pesquisas que utilizam pesquisa quantitativa (com questionários e grupos focais). Na etnografia, o tempo de um ano é geralmente especificado como um período mínimo para o encontro na pesquisa de campo (2004, p. 43).

Ainda sobre a etnografia, Gilberto Velho orienta-nos em relação ao trabalho do/a Antropólogo/a ser diferencial, pois para realizar o trabalho de campo precisam “permanentemente manter uma atitude de estranhamento diante do que se passa não só a sua volta como com ele mesmo” (1980, p. 18). Esse dilema que muitos/as Antropólogos/as passaram e ainda passam, assim como eu, de um possível estranhamento, torna-se ainda mais difícil quando o seu campo faz parte do seu cotidiano.

Isto só é possível sem levar à loucura, porque a vida social e a cultura se dão em múltiplos *planos*, em várias *realidades* que estão referidas a *níveis institucionais* distintos. O indivíduo na

---

24 As disciplinas obrigatórias foram “Teoria Antropológica I”, “Teoria Antropológica II” e “Métodos e técnicas de pesquisa antropológica”.

25 As disciplinas optativas foram “Estudos subalternos: feminismos, pós-coloniais e queer”, “Antropologia Urbana” e “Sexualidades e Diferenças”.

sociedade moderna move-se entre esses planos, em várias realidades, níveis e constitui sua própria identidade em função desse movimento (Idem, p. 18).

Aqui compartilha do pensamento de Mirian Grossi, quando comenta que “[...] é pensar a diferença da interpretação como inerente à própria relação subjetiva, que vai marcar indelevelmente cada trabalho de campo, experiência marcada pela biografia individual de cada pesquisador” (1992, p. 08). Levar em consideração minhas experiências, vivências e subjetividades faz-se entender sobre o que e como escrevo a partir também das teorias que me formam como pesquisador.

Cabe frisar que este campeonato aqui será chamado de “campeonato A”, pois houve um segundo campeonato e por isso a necessidade de nomeá-los para diferenciá-los. Não utilizo o nome real dos campeonatos para proteger a identidade das interlocutoras/es. O “campeonato A” foi um campeonato composto por equipes do Estado de Mato Grosso do Sul, organizado por um dos times participantes, e contou com diversos patrocinadores do estado todo. Esse campeonato aconteceu em um dos principais ginásios da capital.

Dito isso, convém ressaltar que o fazer etnográfico, segundo Malinowski, só tem valor se:

[...] permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica. [...] Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal (1984, p. 22-23).

Para melhor entender como Malinowsk (1984) define as ferramentas a serem utilizadas na etnografia, é preciso acentuar que, conforme ele coloca, existem três caminhos do fazer etnográfico. De forma sucinta, o primeiro é por meio de documentação e estatística, registro da organização do “povo estudado”, bem como da estrutura de sua cultura. O segundo, em ligação com o primeiro, deve ser detectado os “imponderáveis da vida real”, ou seja, buscar, por meio de um contato íntimo com o “povo estudado”, e também por meio de

observações minuciosas e detalhadas, entender e analisar os comportamentos dos indivíduos em diferentes ambientes, registrando de forma precisa em um diário etnográfico. O terceiro caminho diz respeito a um *corpus inscriptionum*, que é o recolhimento de características, opiniões e expressões típicas dos/as interlocutores/as, possibilitando assim o entendimento a partir da visão dos interlocutores estudados, o que Malinowski identifica “como documentos da mentalidade nativa” (1984, p. 36).

Malinowski, no que concerne ao diário etnográfico, ressalta que este

levado a cabo sistematicamente ao longo do tempo de trabalho numa região, seria o instrumento ideal para este tipo de estudo. E se, a par daquilo que é o normal e típico, o Etnógrafo anotar cuidadosamente os pequenos e grandes desvios à norma, ele estará a balizar os dois extremos entre os quais se movimenta a normalidade (1984, p. 33).

Com o meu “diário etnográfico”, ou mais conhecido como caderno de campo, e uma caneta azul nas mãos, aproximadamente às 20 (vinte) horas, sentado na arquibancada do ginásio, do mesmo lado em que o time da Agatha estava posicionado em quadra para começar o aquecimento, pego-me aflito, ansioso e curioso.

Ouvidos e olhos atentos e concentrados descrevo tudo que me era possível acessar. Vários questionamentos me sondavam. Ali buscava entender se Agatha tinha “passabilidade” de mulher não transexual, bem como observar como estava acontecendo esta possibilidade de inserção e reconhecimento da mesma em um time feminino de voleibol.

Por estar em um meio em que já havia frequentado como atleta e como espectador, ficar ali quieto com o caderno aberto, escrevendo sem parar, colocava-me em um outro lugar no qual eu jamais havia habitado, tampouco as pessoas que me conheciam haviam me visto fazendo algo parecido, a não ser torcer ou jogar. Não demorou muito para que um conhecido me cumprimentasse e, curioso com aquela cena, me perguntasse: “O que você está fazendo aqui com esse caderno e caneta?”. Essa pergunta foi extremamente provocativa e, na hora, olhei para meu orientador que me acompanhava neste primeiro dia de campo e disse: “Afinal, o que eu estou fazendo aqui?”. (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, maio de 2017).

Ao escrever sobre o fazer etnográfico, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert salientam que

o(a) antropólogo(a) vivência seja na interação face a face, seja no ato de refletir sobre esta experiência, o momento de descoberta do Outro, mas onde o pesquisador faz sempre um retorno a si mesmo porque ele também se redescobre no Outro. O(a) antropólogo(a) reconhece, ao se relacionar na pesquisa de campo, uma diferença, uma separação de valor, um abismo entre valores que é definido desde a fundação da premissa de estranhar o Outro como de relativismo cultural (2008, p. 08).

Foi neste momento, com essa pergunta que me dei conta que ali não era apenas o Andrey jogador. Embasado por teorias, experiências e vivências do meio acadêmico, e também não anulando minha trajetória de vida, eu me constituía e me percebia com um possível etnógrafo, enfim um pesquisador.

Este momento é uma experiência única e intransferível. Uma busca de conhecimento orientada por conceitos de um campo semântico da teoria antropológica que nos estimula a questões anti-etnocêntricas, quer dizer, de não fazer com que os juízos de valores da sociedade do(a) próprio(a) pesquisador(a) persistam ao olhar o Outro evitando a armadilha de ver o Outro com os valores de uma sociedade tão distante que gere e reproduza o preconceito (Idem, p. 08).

Ainda enquanto eu estava sentado na arquibancada, mas já mais discreto em relação às anotações no caderno de campo, Agatha se direcionou até mim, com pressa e eufórica me entregou seu documento pessoal, alguns papéis, e disse-me: “Olha amigo, aqui estão os exames das taxas hormonais que me pediram, [...] foi assim que me permitiram jogar e ainda com uma condição, apenas se fosse de líbero<sup>26</sup>.”

Essa permissão se deu a partir de uma conversa do técnico do time que Agatha jogava com o organizador e patrocinador do campeonato, os quais tiveram como base o documento do Comitê Olímpico Internacional (COI) para essa decisão, por isso os exames de taxas hormonais com resultados de testosterona abaixo de 10 nanomol foi requisitado no dia do jogo.

---

<sup>26</sup> Segundo Junior Marques, “o líbero do voleibol foi incluído em 1998 com o intuito de melhorar a recepção e a defesa da equipe. A melhora da recepção fundamentos beneficia o ataque, fundamento mais determinante na vitória de um time ou seleção do voleibol” (2013, p. 134).

Mesmo que para mim tenha sido uma surpresa, pois eu não esperava que ela fosse até mim mostrar estes exames, tê-los junto aos documentos pessoais em mãos me fez pensar como os acontecimentos nas etnografias, as informações que ali se revelavam, a entrevista e as conversas com essa interlocutora estavam imbricados em relações de poder, cujo os saberes médicos e jurídicos estabeleciam legitimidades sob o corpo da Agatha a partir dos exames de hormonoterapia e a materialidade do nome social no documento em que ela me apresentou.

Esses discursos sobre a legitimidade da presença de jogadora mulher transexual em time feminino de voleibol, a partir de exames de hormônios, bem como os documentos, seja nome social ou retificação de nome civil, não estão presentes apenas nos saberes que constituem esses discursos (médico, jurídico, psi), mas também no próprio discurso de Agatha quando, na entrevista, a questiono sobre caso não houvesse o decreto do COI que regulamenta a participação delas em times femininos de voleibol, como deveriam ser as regras ou se deveriam existir regras. Agatha responde:

Eu acho que se não tivesse essa obrigação de documentação, de hormônio, se fosse liberado no caso, fosse liberado mulher trans jogar... por mim, mulher trans teria que ter nem tanto passabilidade, mas... a questão dos hormônios eu sou a favor, é questão mais hormonal. E documentação. É o que o COI está pedindo hoje. A documentação retificada e o tratamento hormonal em dia. Porque o tratamento hormonal é como se fosse um tratamento que até mesmo as atletas profissionais fazem para a testosterona não estar lá em cima. Porque se elas tiverem a testosterona alta, já dá doping, e ficam impossibilitadas de jogar, no caso da gente. Eu acho assim, para equiparar o nível ali, estar tudo em dia, tudo certinho, eu acho que teria que ter a retificação civil, que aí é o documento principal que a gente usa. (Transcrição da entrevista realizada em 24 de jan. de 2018).

Para Isabelly, as regras do COI deveriam passar pela hormonioterapia, porém, diferente de Agatha, as mulheres transexuais deveriam “atingir” uma passabilidade de ser mulher e mulher feminina:

A feminilização, a feminilidade, eu acho que dentro da hormonização. Porque eu acho que seria estranho, um time completamente de mulheres, e você ter uma mulher “bombada”, às vezes. Os traços, uma mulher de barba, mulher barbuda, alguma coisa nesse sentido. Acho que independente do COI,

dos hormônios ou também do período de tratamento de hormônios, acho que sim, seria a feminilização. A imagem em si, a aceitação das pessoas olharem e não ter um julgamento: “ah, o que é que essa... o que esse travesti está fazendo dentro de quadra?”. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Esses discursos, tanto os jurídicos, médicos e psi, quanto os da Agatha e da Isabelly, retroalimentam-se, pois todos entendem que para tornar possível o acesso às quadras em times femininos de voleibol são necessárias regulações desses corpos.

Parte do efeito das dissidências de gênero diante da norma que legitima a expectativa/continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2016) faz com que as pessoas, cujo gênero não está em consonância com o sexo assignado ao nascimento, precisem/demandem tratamento. Esses tratamentos acontecem também por meio de medicalização desses corpos, como dito aqui na etnografia e na entrevista cedida por Agatha, através de hormonioterapia.

Essa medicalização compõe os discursos daquilo que Foucault (2008) denomina de “biopoder” que é o “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Idem, p. 3).

São saberes que determinam se os corpos que se apresentam nos espaços esportivos *mainstream* têm permissão para ali permanecerem ou se devem ser banidos. São conhecimentos exercidos a partir de discursos de autoridade (do treinador, do médico, do clube), que reúnem o poder do discurso e pressagiam longa vida (aos corpos atléticos normativos/inteligíveis) nos espaços legitimados do esporte e determinam o ostracismo social/esportivo de corpos errantes, ininteligíveis e distintos dos demais (WAGNER CAMARGO E CLÁUDIA KESSLER, 2017, p. 194).

Mais que tratamento, os e as dissidentes de gênero precisam ser banidas; afinal, “estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual” (BERENICE BENTO e LARISSA PELÚCIO, 2012, p. 579). De modo mais abrangente, a sociedade produz esse processo e, então, constrói os contornos que demarcam as fronteiras entre aquelas/es que representam aquilo que é tido como “natural”,

“normal” ou “referências”, que estão de acordo com os padrões culturais, e aquelas/es que ficam fora deles, às suas margens.

Esses padrões culturais estão fortemente representados e presentes no âmbito esportivo, principalmente o profissional, pois neles se encontram modelos de masculinidades normativas.

E por mais que no “sistema esportivo global” (RIAL, 2008) sejam cobrados sujeitos que estejam dentro das normas, como por exemplo, homens que possuam características de masculinidade hegemônica e performances de gênero inteligíveis nos times masculinos e mulheres que possuam características de feminilidade hegemônica e performances de gênero inteligíveis nos times femininos, ainda assim, mesmo que invisibilizados, existem sujeitos que desviam da norma seja na sexualidade, seja nas performances de gênero.

Esses sujeitos desviantes da norma que legitima os corpos que devem ou não existir (BUTLER, 2003) precisam constantemente atingir inteligibilidade de ser humano, pois são cobrados, vigiados e regulados para que alcancem o modelo de masculinidade e virilidade principalmente na performance esportiva. O modelo hegemônico de masculinidade é cobrado inclusive nas performances esportivas de times femininos.

Após a finalização da segunda partida em que Agatha participou como jogadora em um time feminino de voleibol, resolvi andar e observar como as pessoas ligadas à organização e à execução dos jogos (árbitros, jogadoras, comissões técnicas, etc.) estavam reagindo quanto à participação dela. Foi neste momento que decidi conversar com um árbitro, com algumas jogadoras não transexuais que jogaram contra o time de Agatha, entre outras pessoas que ali estavam presentes para saber como eles e elas estavam avaliando a inserção da Agatha no campeonato.

As respostas foram diversas, desde pessoas a favor e até pessoas que se posicionam totalmente contrária a inserção de uma jogadora transexual em quadra em um campeonato feminino. Sobre esses posicionamentos, discutirei mais adiante. Todavia, o que cabe salientar neste capítulo é que eu só tive a noção e o entendimento que a presença de Agatha jogando no campeonato feminino causou muito incômodo a partir do momento em que me desloquei do

lugar que estava para escutar outras pessoas e assim olhar/analisar de outros lugares.

Recebi outro convite da Agatha Montenegro para acompanhá-la em seus jogos. Via mensagem de *WhatsApp* com datas, horários e localização, tive conhecimento das informações que eu precisava para poder encontrá-la e observar seus jogos.

Chego antes do horário previsto, às 17 (dezesete) horas e 25 (vinte e cinco) minutos, olhei para o local e percebi que agora não se situa na mesma região da capital em que foi realizado o “campeonato A”. O “campeonato B” aconteceu em outro ginásio.

Dia 14 de abril de 2018, tarde sábado, mais ou menos umas 17h. Já estou sentado na arquibancada do ginásio esperando o jogo da Agatha começar. Um pouco ansioso para observar, aprender, perceber e entender como está acontecendo essas possibilidades de relações de um corpo transexual em quadra com outros corpos não transexuais. É inevitável os olhares para este espaço, pois é um novo espaço na cidade. Agora mais compacto, com apenas uma arquibancada do lado direito e com dois degraus acima. Uma novidade também é que agora existe um piso superior, cujo o mesmo possibilita uma visão mais dinâmica do espaço. Banners dos patrocinadores espalhados por toda a parede em frente a arquibancada. (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, abril de 2018).

Há também nesse “campeonato B” uma outra novidade. Algumas atletas de outras cidades foram contratadas para jogar nos times. Esses times eram compostos majoritariamente por mulheres brancas, femininas e que, dentro da realidade de um regime de verdade de gênero, sexo e sexualidade, elas, as jogadoras não transexuais, cumpriam muito bem o que as características de feminilidade desejada no voleibol, as quais retratarei mais adiante. Porém, a jogadora transexual causava alguns desconfortos verbalizados por pessoas que estavam do meu lado na arquibancada. Por exemplo, quando um torcedor que estava sentado do meu lado chegou até mim e perguntou se Agatha era homem ou não.

Saliento aqui que os corpos/sujeitos transexuais são vistos e entendidos como corpos/sujeitos subalternos. Subalternidade como sendo pensada a partir do que Joseph Buttigieg analisou no pensamento gramsciano, que não tratava

apenas de indivíduos ou classes sociais desprivilegiadas e oprimidas, mas sim “de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade, desvendando ‘as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos’” (BUTTIGIEG apud SIMIONATTO, 2009, p. 42).

Ainda sobre a subalternidade, é importante enfatizar que, como diz Pelúcio,

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (2012, p. 399).

Quando há reflexões quanto aos sujeitos subalternos é necessário pensar a partir de quando e onde essas vozes surgiram, bem como de que maneira esses corpos e comportamentos eram agenciados. Cada vez que surgem esses questionamentos é oportuno refletir a partir do processo de colonização para entender como esses corpos e comportamentos foram tratados, entendidos e controlados.

Em todo processo de colonização da América Latina, por exemplo, ficou marcado o modo dicotômico de quem poderia ser chamado de homem ou mulher a partir dos processos civilizatórios. Aqueles povos que não eram civilizados não eram vistos como humanos, muito menos como homem ou mulher. María Lugones, pensando sobre esses processos civilizatórios, diz:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (2014, p. 936).

Esses corpos e práticas que não eram reconhecidos como humanos eram tidos como aberrações. Lugones complementa dizendo que "hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina" (2014, p. 937). Quando penso em alocar os corpos transexuais nessa mesma categoria, é porque eles tendem a tensionar a linha dos binarismos de ser homem ou mulher, principalmente quando se trata de sexo dito biológico.

No processo colonizador e civilizador ocidental, existem maneiras de controlar/policiar/punir/regular os corpos que não eram inteligíveis como humano. Evidentemente, aqueles que não eram inteligíveis como humanos precisavam passar pelo crivo de um olhar ocidentalizado de uma única verdade a ser seguida.

Este olhar ocidentalizado foi descrito e criticado quando, em 1976, fomos contemplados com o clássico intitulado "*O Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente*", de Edward Said (1978). Ele me possibilitou pensar e relativizar como vemos o outro a partir de um olhar ocidentalizado, como o autor mesmo coloca, uma "idéia européia do Oriente" (Idem, p. 28), muitas vezes vendo o outro de uma maneira exótica e desqualificada.

Nas palavras de Pelúcio:

Said refere à maneira como conhecimento articulado a partir do olhar hegemônico da cultura européia foi capaz de homogenizar e exotizar toda uma vasta região, entendida como periférica: O Oriente. Mistificando-a, e infantilizando sua gente. Com exceção de Jesus Cristo, o único não ocidental que era levado a sério, como disse Said, os demais não tinham nada de importante a dizer ao Ocidente (2012, p. 400).

Quando nos foi colocado, segundo José Jorge de Carvalho (2001) salienta, como "referência universal dos valores mais altos da humanidade" (p.130), o olhar eurocêntrico sobre o outro foi naturalizado e demorou para ser questionado. Só vimos que o outro não estava distante, e sim muito mais próximo do que pensávamos, quando deixamos de ter a cultura europeia como exemplo a ser seguido e obedecido.

Exemplos esses que, quando analisamos a história da colonização, percebemos que, de algum modo, houve exemplos de como ser e de como se

portar, bem como maneiras controlar, vigiar, punir e regular aqueles corpos e comportamentos que eram tidos como não humanos ou anormais.

Essas formas de regular os corpos estão presentes nos dias de hoje, inclusive no esporte, quando, na descrição das regras que o COI, é delimitado e exigido que, para que as atletas transexuais possam jogar em times femininos, façam a terapia hormonal, tenha a mudança de nome e o reconhecimento de gênero.

Entender essas exigências como forma de controle desses corpos de sujeitos subalternos é perceber que, para além de uma inserção e/ou inclusão de pessoas transexuais no esporte, há uma maneira estratégica, tanto das transexuais, como dos saberes e poderes que legitimam esses corpos, de reconhecimento/visibilidade/controlar/agência/tática que serão explanados nos próximos capítulos.

## **CAPÍTULO 2: “A mulher ali, toda lisinha, perna, bunda, mas nada de exagero, nada de menos para não falar que é muito magrela”: Controle, Performances e Próteses, o “Ace” da inteligibilidade.**

### **2.1 – O(s) sexo(s) e a produção da(s) verdade(s)**

No primeiro momento, tomarei o livro a História da Sexualidade I de Michel Foucault (2017), com intuito de sintetizá-lo para que possamos pensar e entender como o sexo foi abordado desde o século XVII até os dias de hoje, já pensando, no segundo momento, a história da relação de controle dos corpos de mulheres pelas interdições do COI por meio dos testes de feminilidade.

Foucault (2017) relata como o sexo era exercido de maneira livre no século XVII e que, nos séculos adiante, começou haver uma repressão e controle, devendo o sexo acontecer apenas para a reprodução e essa seria a forma legítima dele. Essa repressão não no sentido de negar o sexo, mas de buscar entender para ter uma função técnica de poder, e numa vontade de saber para o seu controle. Essa repressão gera controle até mesmo nos próprios discursos, fazendo nos policiarmos para falar dele. Foucault (2017) denomina esses aspectos de “Hipótese Repressiva”.

Nessa “Hipótese Repressiva” o autor chama a atenção para o sexo posto em discurso e que é nessa linguagem do discurso que existe um policiamento dos enunciados. Existem algumas técnicas de poder que questionam quais são os canais e através de quais discursos a sexualidade regula o indivíduo. O autor, principalmente, nega a interdição, pois para Foucault, o silêncio, a negação, a censura é uma produção discursiva.

Foucault (2017), então, diz sobre a “hipótese repressiva”, quando a igreja, por exemplo, regula o sujeito e os discursos proferidos sobre a sexualidade, não coíbe, interdita, intensifica no sentido de que quanto mais essa instituição proíbe, mas esses discursos são valorizados e intensificados.

A igreja, a escola, a família, o consultório médico não pretendiam proibir ou reduzir a prática sexual, mas buscavam ter o controle do indivíduo e da população. Essas instituições são denominadas pelo autor como técnicas de poder.

a) Igreja: aumento das confissões da carne (não permite obscurecer o sexo, já que até nos sonhos e pensamentos devem ser revelados) e sempre fazendo com que as confissões fossem meticulosas, detalhadas, pensando em um controle do corpo e alma. A carne como origem de todos os pecados;

b) Literatura: sexo em detalhes. Ele cita como que, mesmo que o autor desconhecido do *secret life* queira ser transgressor na sua escrita, ele está mesmo é cumprindo fielmente a maneira como detalha o seu desejo;

c) Medicina, psiquiatria, justiça penal: o estudo das perversões no sentido médico e jurídico;

d) Racionalidade: Pensar para além da culpa, mas pensar de forma racional. Tornar o sexo útil, criando uma polícia do sexo, com “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (2017, p. 31).

Desse último, vale ressaltar que o autor coloca o porquê de falar sobre o sexo de maneira racional, pensando a partir do surgimento da população. Aqui gostaria de frisar:

- Regular para o bem de todos;
- Fazer funcionar segundo um padrão ótimo;
- Pensar como política pública;
- E o saber médico.

Patrícia Lessa e Sebastião Josué Votre (2013) nos mostram como é possível pensar na História da Sexualidade para chegarmos a entender as lógicas do processo de controle dos sexos/gênero e sexualidade no esporte

Na história da sexualidade foucaultiana, o que eram práticas sexuais se converte em identidades, em condições políticas a serem estudadas, catalogadas, perseguidas ou curadas. Cada corpo representa um indivíduo que eventualmente é necessário corrigir. Por exemplo, a mulher barbada, na nova epistemo-sexualidade se converte em objeto de investigação para aferir os níveis de testosterona numa fêmea ou então vira um espetáculo circense, de todo modo, ela é reduzida a aberração (Idem, p. 265).

Segundo a autora e o autor citada/o acima, desde a época do Adolf Hitler, aquelas mulheres esportistas que tinham performances em que não eram vistas como marcadamente do gênero feminino passavam pelo crivo de terem seus sexos, sexualidades e gêneros colocados em dúvidas. Havia, inclusive, uma maneira de punir esses corpos duvidosos. Naquela época, faziam-se testes por meio de fotografias de suas genitais, sendo que algumas dessas fotos eram publicadas como forma de punição, causando humilhação pública a estas atletas.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (LOURO, 2001, p.).

Na década de 60, mais especificamente em 1966, o COI instalou os testes de feminilidade. Esses testes eram feitos através de exames ginecológicos nos quais essas mulheres precisavam ficar nuas. Isso tudo só acabou quando, em 1968, veio à tona o exame de verificação científica que realizava teste para saber se teriam cromossomos XX.

As provas de feminilidade, realizadas desde 1948 através de fotografia e verificação das genitálias, tomaram diversas formas nas últimas décadas. Em vista de várias fotografias de genitália vazadas para a imprensa internacional, terem causado constrangimento nas mulheres atletas, a política desportiva internacional passou a adotar o exame sanguíneo e genético. Entretanto, por ser considerado pouco confiável, esse teste foi abandonado pela Federação de Atletismo Internacional (IAAF) em 1992, e os casos suspeitos passaram a ser analisados por um grupo de “peritos em medicina desportiva” do COI. A verificação de sexo ganhou contornos mais agudos com o advento do uso “científico” dos testes de cromossomo, passando a constituir etapa obrigatória para ingresso nos Jogos (LESSA E VOTRE, 2013, p.267).

Na década de 1990, os testes de fotografias, depois testes de cromossomos até chegar aos incentivos para que essas atletas tidas como hermafroditas (hoje intersexuais) pudessem buscar “tratamentos hormonais e, se necessário, cirurgias de redesignação do sexo, que servem para ajustar sexo e gênero” (LESSA E VOTRE, 2013, p. 268).

A materialidade do corpo é o que marca a diferença sexual (BUTLER, 2016), porém é preciso pensar em um antes discursivo:

A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas (BUTLER, 2001, p. 153).

É impossível pensar o “sexo” sem antes pensar no gênero. Essa materialidade que nos é manifestada em nosso corpo só nos faz pensar o quanto o sexo é generificado, e essa materialidade surge como efeito produtivo do poder.

Então, a partir disso, o que podemos entender como sexo? Butler, afirma que:

O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (2001, p.154-155).

O sexo é aquilo que dá inteligibilidade para os corpos, para que alcance o reconhecimento e a visibilidade de um corpo dentro da norma heteronormativa. Concomitantemente, quando falamos de sexo, exalamos sexualidade, quase que como uma ligação direta, isso para a norma regulatória.

Nesse ideal de sexo, gênero e sexualidade vemos como está acontecendo a inserção das pessoas transexuais no esporte, ou melhor, das mulheres transexuais no esporte feminino. A partir de tratamentos hormonais e declaração do gênero feminino, ainda são os poderes/saberes médicos, jurídicos e psi que estão sob o domínio dos corpos dissidentes.

Não encontrando homens em corpos de mulheres, e entendendo que não haveria tanta eficácia, a Federação Internacional de Voleibol (FIV) decidiu parar com os testes de feminilidade em 2005.

Os testes nunca provaram que um homem foi mascarado como mulher, mas, certamente, ridicularizaram publicamente as mulheres intersexuais. Em 15 de maio de 2004, o COI decidiu divulgar as regras estabelecidas para que as transexuais e os intersex pudessem participar dos Jogos (LESSA E VOTRE, 2013, p.270).

Agora não mais por fotografias, cromossomos ou cirurgias de redesignação sexual. Hoje, 2019, o decreto do COI que está valendo determina que são necessários níveis de testosterona abaixo de 10 nanomols por litro de sangue, e uma declaração da transexual e/ou travesti se identificando como sujeito do gênero feminino.

Os métodos para a transexualidade consistem na introdução de substâncias no corpo. Ora, como o hormônio sintético é central, sua introdução poderia caracterizar-se como um procedimento análogo ao doping. No entendimento médico, transsexuais são pessoas que possuem o gênero cerebral oposto aos genitais, e, para a correção, recorre-se a medidas cirúrgicas, hormonais e medicamentosas (LESSA E VOTRE, 2013, p.270).

Em todo esse tempo, pode-se perceber que o COI usa do sexo como uma ferramenta de regulação dos corpos, principalmente os corpos das mulheres transexuais e não transexuais. Essa proibição, regulação e punição acontecem como uma técnica de poder e uma vontade de saber.

As técnicas de poder ditas por Foucault (2017) como a igreja, a literatura, o jurídico, a medicina e a racionalidade assim o fizeram durante tanto tempo. Elas podem ser assimiladas na medida em que o COI institucionaliza o “sexo” dentro dos esportes. Antes, a igreja, agora, o COI, muito mais legislador desses corpos. Ainda que isso tudo esteja misturado (nomes de ginásio com nome de santo, crucifixos em diversos espaços, prática religiosas e supersticiosas ligadas

à igreja em quadra) é necessário perceber o COI usando seus mecanismos de poder no esporte.

Para exemplificar esses cruzamentos que as instituições de poder traçam, trago aqui um fragmento de uma etnografia de tela (RIAL, 2014) feita em um jogo transmitido na televisão em um canal fechado do time em que a jogadora mulher transexual Tiffany<sup>27</sup> joga contra o até então vice-líder do campeonato nacional de voleibol:

Como regra e que se tornou um ritual no voleibol, antes de cantar o Hino Nacional Brasileiro, as jogadoras ficam lado a lado na linha de fora da quadra esperando o sinal do árbitro para que possam adentrar nela. Ainda enfileiradas, lado a lado, o árbitro faz o sinal e todas as jogadores dos dois times entram na quadra demarcada do voleibol. Neste momento, estou com os meus olhos voltados para o time de Tiffany, o SESI/BAURU. Enquanto todas as jogadoras simplesmente entram em quadra e se organizam para começar a cantar o hino, Tiffany, com suas tatuagens de ramos de flores, borboletas e o Cristo Redentor, pisa com o pé direito, agacha, toca na quadra com a mão direita e, enquanto se levanta, faz o sinal da cruz como um processo ritualístico para começar a jogar. (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, janeiro de 2019).

Esse fragmento faz perceber algumas situações: A primeira é quanto à reiteração da norma, pois configura um ato tipicamente masculino recorrentemente presente nos jogos de futebol de campo e, ao mesmo tempo, sua subversão, pois não é qualquer corpo-sujeito que o performa, mas uma mulher transexual que, ao fazer o gesto, questiona o modelo hegemônico e estabelece um espaço de negociação. Se não há a quebra do modelo, produzem-se ao menos outras possibilidades de experimentá-lo. Este ato também diz respeito ao quanto a crença, as práticas, os ritos e superstições são acionadas estrategicamente em devidos espaços para que, dentro de um imaginário cristão, possa lhe proporcionar uma boa partida. A igreja, aqui mais diretamente o cristianismo, instituiu várias práticas em que, quando não realizadas, acredita-se que potencialmente as coisas podem dar errado.

A igreja fazia (e ainda faz) com que os sujeitos se sentissem culpados e, quando isso acontecia, logo procurassem os confessionários de algum templo,

---

<sup>27</sup> Jogadora mulher transexual que joga no time do SESI/BAURU na série dos campeonatos brasileiros de voleibol. Sobre ela, retratarei no capítulo 03.

recebendo assim o perdão. O COI, com seus mecanismos de poder e vontade de saber por meio do “sexo”, faz com que, por meio da presença de mulheres transexuais, haja a confissão de que são transexuais, visto que esses corpos estão inscritos no campo do anormal e/ou patológico e serão exames que definirão a possibilidade, ou não, de participarem de algum campeonato. Pois para o COI não há necessidade de uma passabilidade do gênero feminino, mas sim a quantidade de hormônios ditos masculinos (testosterona).

Havendo essa confissão que será inscrita no campo das observações de profissionais da ciência, deve haver o cumprimento das diretrizes do COI, pois qualquer que seja o desvio dessas diretrizes haverá consequências como, por exemplo, a não participação do devido campeonato.

Ainda assim, com a necessidade da comprovação por meio de exames que mostre que a testosterona esteja abaixo de 10 nanomol, é preciso proferir o discurso de identificação do gênero feminino. Esse discurso se torna a verdade que é produzida na confissão, acompanhado de um documento assinado por elas (autodeclaração).

Um discurso proferido oferece as interlocutoras deste estudo uma relação de poder em que, dada circunstâncias, o COI, como uma instituição de poder central, determina como e o que elas devem fazer para que sejam inseridas. Essas interlocutoras disciplinam-se, obedecendo cada regra, fazendo com que elas se assujeitem a essa instituição.

Quando as pergunto como elas avaliam o decreto de 2015, Agatha e Isabelly dizem ser positivo. Isso acontece até quando pergunto como seria se não existisse o COI, quais eram as determinações que deveriam ter para que elas estivessem em quadra, elas continuam a reproduzir as mesmas regras das diretrizes do decreto do COI. Isabelly diz:

Isso é como se fosse o primeiro passo para as pessoas verem que não é assim. Que as coisas são completamente diferentes, que as pessoas não têm que pensar o que os outros falam, escutar do que os outros falam. Julgar pelo que as pessoas falam. Tem que ver o que ela acha e daí se o raciocínio, se o pensamento dela não quer aceitar, não quer abrir para ideias novas, posições novas, tem tudo para crescer, melhorar. Nesse sentido, ainda mais para as mulheres trans. E até mesmo em várias modalidades. Não só no voleibol. Não só no voleibol, em outras modalidades... em todas tem por aí, se a gente for comparar mesmo, a gente vê várias pesquisas que acontecem,

que foi o que a gente estava falando do atletismo, várias mulheres sendo fisiologicamente falando sendo fisicamente superiores às mulheres trans. Entendeu? Você vê muito isso. Eu vejo muito positivo, uma coisa bem positiva para... para crescer e melhorar, só. E ainda mais dentro do esporte. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Agatha também consente com o COI:

Hoje, nos parâmetros que estão hoje, eu entendo que é uma forma de inclusão, uma forma bacana de inclusão, que não vai deixar ninguém de fora. Porém, eu acho que deveria ter uma cota, estipular que cada equipe poderia contratar uma trans para participar. [...] É como eu disse: eu concordo, porém tem que ter um limite de pessoas trans em quadra... em quadra ou inscritas, que fossem. Ela não precisa estar jogando. Porque para nós, a gente busca nossa... nosso lazer, nossa... já que eles consideram como um transtorno de personalidade, uma doença, para a gente é uma válvula de escape. Por que é que a maioria das trans se droga... se isolam, às vezes se matam? Porque não tem uma inclusão social. É a vidinha de rua, casa, rua, casa, rua. Quem é que vive assim? Até jogar vôlei não pode porque tem que jogar no masculino? Uma mulher em quadra jogando, então é... é complicado, é bom para a saúde mental. O esporte é um ambiente de inclusão... (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018)

Mesmo percebendo nestas falas que elas colocam o COI como uma instituição que permite a “inclusão” e que ajuda a diminuir a segregação de corpos e experiências, entendo que a possibilidades de elas jogarem em times femininos está para além de uma inclusão ingênua; há nesta inserção outros jogos de interesse, reconhecimento e visibilidade, os quais serão tratados nos capítulos adiante. Contudo, como já foi relatado no capítulo anterior, há um éthos que precisa existir via o processo de feminilidade e também todas as características que compõe o ser mulher, principalmente agora o processo hormonoterapico que se tornou crucial para elas também nessa possibilidade de inserção no time feminino de voleibol.

Para além do gênero, agora são os hormônios o fator crucial para que exista uma desestabilização das normas do sexo. As instabilidades que o hormônio produz geram abertura para que a própria matriz de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2016) produza outros corpos.

Esta instabilidade é a possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o "sexo" é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do "sexo" em uma crise potencialmente produtiva (BUTLER, 2001, p.164)

Então, no mesmo tempo em que essa instabilidade tensiona a norma, ele, o hormônio, reforça a própria norma. Pois, para que seja inteligível segundo o COI, é preciso estar nas normas/diretrizes.

Dito isso, é possível pensar que o sexo não existe no processo fora da materialização do corpo e que, nesse sentido, o sexo torna-se uma instituição regulatória, cujo próprio COI, como uma instituição normativa, atribui quem pode e quem não pode participar dos campeonatos, fazendo com que haja uma verdade sobre o sexo.

## **2.2 – Para além de hormônio: a busca pela passabilidade do gênero feminino**

O esporte tem sido, assim como outras experiências sociais, um ambiente que define comportamentos e regula corpos para que se mantenham dentro do que se pode entender como “aceitável” e “inteligível”. Esses corpos/sujeitos corriqueiramente são

indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos, a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura que são, antes de tudo, marcas de poder” (LOURO, 2013, p.78).

Uniformes mais justos para times femininos, mais largos para os times masculinos. Azul claro, rosa, vermelho, lilás, amarelo, essas são as cores mais recorrentes de encontrar as mulheres que jogam em times femininos usando. Já os homens, como de costume, desde a sua criação, usam tons escuros em que, no campo simbólico, há toda uma representatividade de virilidade, masculinidade e seriedade para eles e de fragilidade, delicadeza e, muitas das vezes, sensualidade para elas. Camargo e Kessler apontam que “os corpos de mulheres são, via de regra, inferiorizados em termos de performance e

erotizados/objetificados no que diz respeito à beleza e à sensualidade” (2017, p. 193).

Mesmo este estudo reconhecendo o esporte como um espaço generificado que aloca corpos e comportamentos, a partir de um binarismo essencializado, em lugares/espacos no que tange ao inteligível e ao aceitável, é possível, a partir de cenas como a citada acima, desnaturalizar os processos normatizadores, binários e de construção de forma essencializada de gênero e sexualidade.

Via de regra, o mundo (masculino) dos esportes lida, na superficialidade, com os limites do binário “masculino/feminino” e despreza a alteridade apresentada por corpos outros. De um lado, deixa às mulheres atletas a difícil tarefa de se destacarem em meio às “práticas viris” e, de outro, realoca corpos “mal formados”, “amputados” e corpos em “transição de gênero” (como também corpos hormonizados) em subcategorias, com *status* inferior e deslegitimados perante o ambiente instituído da virilidade, da eficácia e da heteronormatividade (CAMARGO E KESSLER, 2017, p.193).

Ainda sobre os corpos de mulheres serem inferiorizados, Thomas Laqueur (2001) salienta que no século XVI, segundo o pensamento científico, o homem tinha o pênis e o escroto, e a mulher o útero, que era visto como um pênis interno. O órgão masculino era tido como matriz, base, referência para pensar outros corpos que não os do macho. Este pênis interno (o útero) se estabeleceu não como apenas um órgão fixador do “sexo”, mas também contribuindo para ideia da mulher geradora, cumprindo assim com uma lógica heterossexual. Assim, nesse período, é possível perceber que o “sexo” masculino era tido como único e representava uma ideia de sexo uno.

Preciado (2002) salienta que, em nossa história, “colonialistas dominantes, as mulheres e os ‘indígenas’ que não têm acesso ou carecem de tecnologia são descritos como se fizessem parte da ‘natureza’ e se transformam, por essa razão, nos recursos que o ‘homem branco’ deve dominar e explorar” (Idem, p. 148). Esse corpo da mulher, segundo ele, “é construído com ferramentas tecnológicas pensadas para reprodução” (idem, p. 149). É como se este corpo estivesse sempre à disposição de um outro (hétero) sexo para a procriação.

É nesse sentido que, tanto para Laqueur (2001) como para Preciado (2002), percebemos que a noção de um falo presente e existente tinha/tem como objetivos: colonizar aquelas e aqueles que são os diferentes deles (dos machos), usar desses outros corpos para uma possível procriação e também para exercer poder e saber sobre esses corpos e comportamentos, fazendo nos atentar para um modelo de sexo único/verdadeiro. Nas palavras de Laqueur, “o discurso de uma só carne que eu venho explicando detalhadamente parece ver os órgãos e as qualidades do corpo em geral como formas de expressar hierarquia, como elementos de uma rede de significados (2001, p. 132)”. Portanto, é essa materialidade dos corpos que dá sentidos simbólicos a eles e também os coloca em uma hierarquia de poder/saber.

Quando Laqueur discute uma porção de imagens <sup>28</sup> no seu livro em relação ao útero e ao corpo da mulher em geral, conclui:

Uma rede de palavras, como a constelação de imagens discutidas nas seções anteriores, era impregnada da teoria de diferença sexual, mantendo o modelo de sexo único contra um julgamento mais geral. Havia nos textos e nas imagens uma qualidade de insistência obsessiva, um constante círculo vicioso, voltando sempre para o homem como padrão. Uma qualidade quase defensiva sugere que a política de gênero poderia ter criado uma insistência textual de que realmente não havia mulheres (2001, p. 122).

No que diz respeito aos saberes/poderes do século XVI, Laqueur ressalta que, além de haver um sexo uno (o do macho), quem detinha dos saberes/poderes eram os médicos homens. Esses eram os que legitimavam ou não os corpos outros. Considerando esse histórico, trazendo essa questão para o campo contemporâneo do esporte, percebo que é esse saber que também decidirá, por meio do exame *antidoping*, quais são os corpos outros, que não os dos homens, que devem ser regulados/normalizados.

Foi logo depois da 2ª Guerra Mundial que foram identificados diversos tipos de *doping* por alguns alemães, e também foi quando “outras nações

---

<sup>28</sup> Nestas imagens, Laqueur enfatiza e demonstra como o órgão sexual da mulher era, de toda maneira, relacionado ao pênis do homem. Desde o útero a vagina, as imagens buscavam apresentar semelhanças com o pênis e o escroto. Assemelhavam o clitóris como um pênis, e até ilustrou uma mulher grávida com uma vagina como se fosse um pênis.

migraram para o esporte de alto rendimento” (NELSON JUNIOR, 2014, p. 1). Isso tudo foi visto como um problema e, como forma de resolver, “a partir de 1967, a Comissão Médica do COI instituiu um index de substâncias proibidas” (idem). Em 1968 iniciaram os testes de *antidoping* nos Jogos Olímpicos do México.

Abarcados por esse meio sintético hormonal, em 1980, anunciou-se a descoberta de alguns hormônios, como, por exemplo, o GH (hormônio do crescimento) e tantos outros anabolizantes, que seriam usados em diversos âmbitos, sendo um deles no esporte, mesmo esses hormônios sendo prescritos ou sendo usados de maneira ilegal (VIVIANE SILVEIRA; ALEXANDRE VAZ, 2013).

A descoberta da testosterona sintética e dos esteroides anabolizantes adentra, com a expansão da indústria farmacológica, o campo esportivo para incrementar as performances, e esse passa a ser palco dos mais recentes investimentos tecnológicos e procedimentos de manipulação hormonal. O esporte de alto rendimento é uma prática profissionalizada e comercializada, na qual a meta de maximização do desempenho é perseguida com obstinada determinação pelas atletas, e os meios para atingir os melhores resultados mundiais foram autorizados a expandir progressivamente para os limites do que é cientificamente (im)possível (Idem, 2013, p. 453).

Há alguns estereótipos que marcam as performances de homens (masculinas) e de mulheres (femininas). Entre os corpos com tônus muscular forte, potente, habilidoso e sempre em vantagem temos os homens, os másculos. Agora, para as mulheres, há uma marca inegável e, de alguma forma, quase que obrigatória para elas, a “feminilidade”. Em uma das entrevistas com Agatha e com Isabelly, essa performance de mulheres que precisando repetir insistentemente esse *modus operandi* de ser “mulher” está para além de uma “exigência performática” entre os homens e as mulheres não trans, há no campo de inteligibilidade de gênero uma busca por reconhecimento de ser mulher e feminina incansável entre as mulheres transexuais.

Quando, na entrevista, questionei a Agatha sobre qual era a diferença entre uma mulher não trans e uma mulher trans, ela respondeu que: “são mulheres da mesma forma. Se o contexto delas, perante a sociedade, elas têm

atitudes femininas, vivenciam sua feminilidade, como mulher, ela é uma mulher.” (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Dessa forma, para tentar atingir a inteligibilidade e a “passabilidade” de ser mulher, ela também usa de técnicas corporais, bem como faz procedimentos estéticos. Agatha afirma que: “[..] para me adequar ao feminino, né?! As regras da minha sociedade, como o feminino imprime, né?! Tenta imprimir, o cabelo mais compridinho... Lógico que existem mulheres de cabelo curto e tal, mas só que para afirmar a minha feminilidade”. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Para Isabelly, há uma maneira de ser transexual não apenas na performance externa, mas há uma forma de ser que vem do interior para o exterior:

A feminilidade. E tipo, não só a física, mas também interior. A pessoa desde novinho, não ter essa convivência, de praticamente... não vou dizer desde berço, mas depois de uma certa idade, se desenvolver e crescer dessa maneira. Com pensamentos, comportamentos, e não aceitando a fisiologia. A transexual mulher, eu vejo muito dessa forma. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Nesses dois fragmentos apresentados é notável que a virilidade, a força, a potência, a musculatura não são associadas à construção do que é ser mulher, e principalmente ser mulher transexual em times femininos de voleibol em quadra. Esses corpos, quando não estão dentro do que é tido como uma atleta mulher inteligível são passíveis de regulações. Silveira e Vaz (2013), ao escreverem sobre esses corpos que fogem da lógica normativa, afirmam que os corpos que são viris, fortes, musculosos são alocados natural e diretamente aos homens e “quando algumas mulheres apresentam esses padrões de corpos, com características marcadamente (estereotipadas como) masculinas, o gênero e o sexo delas passam a ser questionados” (Idem, p. 462).

Esses questionamentos são, institucionalmente, realizados pela conhecida Política de Verificação de Gênero. São as atletas mulheres quem estão sobre o crivo dos olhares dos médicos para essa política que contesta e dúvida não só do gênero delas, mas também do “sexo”. Um exame, segundo Luiza dos Anjos e Silva Goellner, extremamente “invasivo e humilhante” (2013, p. 58), a inspeção genital é realizada por médicos ginecologistas.

A Política de Verificação de Gênero no esporte confirma o sexo (não só o gênero) e ocorre a partir de uma lógica binária na qual os hormônios assumem a diferenciação sexual. Partindo do pressuposto de que os homens apresentam maior índice de testosterona em seus corpos e que isso lhes confere vantagem em termos de rendimento atlético, o teste de feminilidade assevera que mulheres cujos corpos produzam altos índices deste hormônio mantêm vantagens sobre as adversárias. Por essa razão podem ser banidas da competição. Esse mesmo discurso ancora a decisão do COI de impetrar apenas às mulheres transexuais a comprovação de seu nível de testosterona no sangue (ANJOS; GOELLNER, 2013, p. 59).

Tendo em vista este decreto do COI, faz-se importante ressaltar sobre um dos principais aspectos determinantes quanto à participação de mulheres transexuais em esportes femininos, o hormônio, mais especificamente a testosterona.

É importante ressaltar que, como já foi dito no primeiro capítulo, no decreto anterior a este que citei, para que as mulheres transexuais participassem de campeonato em times femininos, era necessário que elas fizessem a cirurgia de redesignação sexual. Agora, com a mudança do COI, elas precisam apenas de regulação hormonal e nome “feminino”.

Alguns autores e autoras entendem estas mudanças como algo positivo, como uma inclusão, aceitação, um respeito aos direitos humanos, parecendo que essa decisão foi pautada apenas pelo caráter social e de direito das pessoas transexuais. Anjos e Goellner, ao escreverem sobre essa mudança, ressaltam que há uma indicação de

uma maior aceitação no campo esportivo de pessoas que rompem com a matriz da heterossexualidade. Pode, também, demonstrar que o acesso a oportunidades de vivências esportivas tem se inserido entre as pautas de reivindicações de movimentos de militância que defendem direitos LGBT. [...] mostra-se pertinente ressaltar que o documento reconhece que a exclusão de atletas transexuais do esporte é uma prática incoerente com o desenvolvimento dos direitos humanos (2013, p. 60).

Mesmo que haja essas possibilidades de acesso e aceitação maiores que o decreto anterior, ainda assim é importante frisar que, para além de uma possível “inclusão”, há aspecto de controle, jogos de interesses e campos de

estratégias. Quanto aos jogos de interesses e campos de estratégias, esses serão abordados no próximo capítulo. Para tanto, aqui cabe pensar qual é o aspecto de controle no novo decreto do COI que estou tratando, principalmente quando este aspecto interfere diretamente na construção do corpo, no possível alcance a matriz de inteligibilidade e na performance de rendimento no jogo.

É importante ter presente que, no que se refere às práticas e às vivências dos sujeitos transexuais (aqui mais especificamente mulheres transexuais), serão pensados a partir do que proponho a chamar de práticas dissidentes, tomando como padrão, como já foi discutido no início deste capítulo, o corpo do homem impreterivelmente hétero, viril, másculo, forte e habilidoso, bem como sua performance como objetivo principal a ser atingido dentro do esporte de alto rendimento, seja em times masculinos e/ou times femininos, principalmente. Isso tudo compõe a cena do que o Robert McRuer (2006) chama de uma possível “corponormatividade”.

No que tange ao campo das dissidências e comportamentos, cabe salientar que, neste estudo, esses são percebidas e relacionadas ao termo *queer*, pois a partir de rechaços e situações que “normalmente” seriam de apenas sofrimentos, é possível pensar em subverter essas situações em benefícios para quem está sofrendo essas ações.

#### O termo *queer*

pode ser útil, em certa medida, porque inspira deslegitimação, instala a dúvida e traz o “xingamento” – *queer* sempre habitou o domínio do estranho, do ilegítimo, do esquisito na língua inglesa e se legitima pelo avesso[...]. Portanto, as práticas esportivas dissonantes são práticas *queer*, em certo sentido. (CAMARGO, 2016, p.130)

Porém, pensar dissidência não é pensar algo que seja estático e alocado em lugares onde não há como fazer alterações. É preciso e possível pensar que são estes meios esportivos normativos que os sujeitos que são tidos como os outros estão ocupando e, por isso, em suas práticas dissidentes há uma possível subversão dessas normas onde é provável perceber tensionamentos nos limites das normas, obtendo, portanto, uma probabilidade de novas práticas e ampliação dos comportamentos inteligíveis.

As práticas e comportamentos dissidentes estiveram presentes reconhecidamente nos discursos dos profissionais que comentavam sobre os jogos da Superliga, nos quais a jogadora Tiffany Abreu participou como oposta<sup>29</sup>, jogando em um time feminino. A cada ataque assertivo<sup>30</sup> da jogadora Tiffany, ocorria um comentário expressivo relacionado à sua performance em quadra.

Depois de já ter participado de alguns jogos contra times mais inferiores que o da Tiffany, Bauru começa a competir contra times superiores e já campeões da liga. Pensando em como seria um jogo onde o duelo seria mais intenso e poderia haver provocações e comentários potentes para analisar, resolvo então assistir este jogo. Já posicionado na sala da minha casa, sentado no sofá em frente a televisão e com meu caderno de campo e caneta em mãos pronto para fazer uma etnografia de tela, começo então a assistir o jogo que acontecera no dia 09 de março de 2018. Jogo já rolando e várias coisas me passando pela cabeça, no entanto uma me chamou muita atenção. A cada ponto de ataque da Tiffany ou da jogadora do time adversário que jogava na mesma posição que ela, os comentários surgiam diferentes dos que o narrador e comentarista faziam das outras jogadoras que não estas duas opostas. Algumas bolas sendo atacadas com precisão e força eram o bastante para o narrador dizer: “Que pancada da Tiffany”, “Fawcett solta o braço”, “Afundou a quadra (Tiffany)”, “Hoje ela não tá com dó (Fawcett)”. (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, março de 2018).

Para além de precisão no movimento e força no ataque, há outros atributos em quadra que, quando executados, também serão avaliados, vigiados e “comentados”. Digo isso, pois, quando ainda estava a fazer etnografia no Campeonato B em Campo Grande – MS, no último jogo de Agatha, já com muitas informações dos dois Campeonatos e exausto em fazer a observação participante, decidi que deveria fazer meu último contato ali em quadra. Sobre

---

<sup>29</sup> A jogadora que ocupa a posição de oposta, também conhecida como saída, segundo Cristino Matias e Pablo Greco (2011), pode realizar todos os seis fundamentos em quadra, porém o que primordial para a posição é o ataque.

<sup>30</sup> Cabe sublinhar que a palavra “assertivo” foi colocada aqui estrategicamente, pois, por mais que ela “vire” algumas bolas no ataque pontuando para seu time, o índice de acerto dela não é o melhor, comparando o tanto de levantamentos que ela recebe por partida. Segundo o site da Globo Esporte, Tiffany tem o índice médio de acerto de 45,40%. Sendo assim, é importante pensar o porquê as narrações dos jogos em que ela participa serem tão enfatizadas com expressões de força e potência. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/tandara-x-tiffany-maiores-pontuadoras-da-superliga-duelam-nesta-sexta.ghtml>. Acessado dia 25 de jul. de 2018.

essa experiência etnográfica, transcrevo o trecho abaixo do meu caderno de campo:

Jogo ainda rolando. Agora é a hora da decisão. Novamente os dois melhores times femininos do Estado em quadra. O time de Agatha perdeu os dois primeiros sets e por isso está no set decisivo neste momento. Eu, aqui da arquibancada, observando as movimentações, as conversas, os olhares, enfim, o jogo e quem estava ali para assistir e trabalhar. Mesmo exausto, percebo que deveria andar um pouco no ginásio. Saio do lugar onde estava e me direciono para dentro da quadra. Vou ao lado dos profissionais da organização do Campeonato B. A partir disso, resolvo conversar com um dos profissionais que estava menos ocupado naquele momento. Dentre alguns assuntos, o foco agora era a Agatha. Conversamos sobre ela estar em quadra e a visão dele sobre este acontecimento. Neste exato momento, Agatha defende uma bola quase que indefensável, o ginásio todo aplaude e grita, e no mesmo instante o rapaz olha para mim e diz: “Não dá. Viu?! Até os fundamentos dela são de homem. Ela se movimenta e faz tudo perfeito, igual a um homem.” Eu o questiono perguntando se os movimentos e fundamentos são iguais ou não para homens e mulheres nos treinos, e ele responde: “Não. É diferente. O do homem é diferente.” (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, abril de 2018).

Movimentos, corpos, sexualidades, performances de gênero, neste momento em quadra, tudo é avaliado e monitorado. Há um éthos de ser atleta mulher dentro de quadra que não deve escapar da inteligibilidade. Mas como esse éthos não é fixo nem estável, a subversão acontece quando, mesmo sendo possivelmente mais fortes e com mais potência em seus movimentos de ataques, elas tensionam os limites do que é ser mulher atleta de voleibol e, da maneira que é possível, essas jogadoras buscam o que o esporte de rendimento objetiva, o resultado e vitória em favor do seu time.

A partir de discursos de poder (frequentemente investidos na área médica, mas não apenas), o “corpo esportivo ideal” é moldado e produzido, e as regulamentações todas são estabelecidas para determinar o que é ou não permitido nos espaços do esporte. E o mais irônico é que o regime farmacopornográfico da sexualidade que induz/produz tais discursos não funciona sem a circulação de uma enorme quantidade de fluxos semiótico-técnicos (fluxos de hormônios, medicamentos, silicones, fluxos digitais, textuais e afins) (CAMARGO; KESSLER, 2017, p. 213-14).

Para além do contexto social, a construção da mulher jogadora de voleibol também parte de um ideal. Quando digo ideal, enfatizo o que já coloquei no capítulo anterior, quanto à Matriz de Inteligibilidade da Butler (2016). Há um ideal que produz e regula esses corpos e que é constantemente buscado pelas jogadoras em suas performances de gênero/sexualidade em quadra. Segundo Butler, “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização” (2008, p. 14).

Nesse contexto, não há como não pensar na matéria dos corpos se não correlacioná-la com as normas. A materialidade e as marcas que constituem esses corpos transexuais estão em uma rede indissociável das próprias normas que os regulam e os produzem quanto mulheres (BUTLER, 1999). Mas, a partir disso, surge uma questão: quais são as ferramentas utilizadas para que, possivelmente, essas mulheres transexuais possam atingir este ideal?

É necessário, nesse sentido, compreender que, para cumprir com o ideal de um corpo de uma mulher jogadora de voleibol em quadra, é indispensável relatar que neste estudo o corpo é percebido como o que não é natural, nem fruto da natureza, mas sim uma produção cultural e social tão quanto o gênero e sexo (BUTLER, 2016). Portanto, há uma construção desse corpo e, por isso, não há uma ideia essencializada de como é construído o corpo de uma mulher jogadora de voleibol. Assim sendo, além de ter esse entendimento e buscar fundamentá-lo, também optei por entender como se dá essa construção deste “ser” mulher transexual jogadora de voleibol por meio discursivos, de performances (BUTLER, 2016) e próteses de gênero (PRECIADO, 2014).

Em outras palavras, Butler salienta:

Palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na *superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termo gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (2016, p. 235).

Nesse sentido, complementando a ideia de *performance* de Butler (2016), compreendo também que a produção destes corpos em específico devem a materialidade e construção de, nas palavras de Preciado (2008), um “técno gênero”. “Si queremos dar cuenta del conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, quirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas o cibernéticas que constituyen performativamente la materialidade de los sexos” (Idem, 2008, p. 86).

Cabe salientar que a construção dos corpos dessas jogadoras transexuais se dá parte externamente e em parte internamente. Butler (2016) ressalta que as normas não são internalizadas completamente, mas que elas são integradas e, em certa medida, nos constitui, e com isso elas são manifestadas de forma a ter um “eu” essência/natureza pelo corpo e por meio dele.

Há, nos discursos de Agatha e Isabelly, características do que é ser mulher advindas de uma essência interior notoriamente percebidas nos fragmentos a seguir. Agatha diz que uma mulher é mulher, que “ela pensa como uma mulher, ela age como uma mulher, as ações sociais dela são todas femininas”. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018). Isabelly, quando responde sobre o que define ser mulher transexual, diz: “a feminilidade. E tipo, não só a física, mas também interior.” (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Agir, se comportar, ter ações sociais e ser respaldada por um interior, segundo Butler, “cria uma ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora” (2016, p. 235). Porém, essa transferência de produção do gênero do discurso, da política e da cultura para um lugar interno psíquico nos subtrai toda uma noção da fabricação do gênero, tal como “as noções fabricadas sobre a interioridade inefável de seu sexo ou sua verdadeira identidade” (Idem, p. 236).

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Idem, p. 236).

Essa verdade discursiva e performática do gênero é vista e reproduzida também em quadra pelas jogadoras travestis, mulheres trans e não trans. Ao incorporar as normas de como é ser uma mulher, as jogadoras, como já foi dito, incorporam no e pelo corpo buscando um éthos de “passar por” “naturalmente” mulher.

A produção do corpo, para que as jogadoras transexuais possam atingir a uma possível natureza feminina, esteve presente em vários momentos em seus discursos, bem como em campo nos campeonatos. Aqui, carrego a concepção de “prótese de gênero” de Preciado (2002) e busco usá-la para entender como esses aparatos (as próteses de gênero) estão presentes na construção do corpo dessas jogadoras transexuais, compreendendo que as “próteses” são contextuais, relacionais e, em campo, possui uma dinâmica que generifica o espaço.

Em vários momentos na entrevista questionei as duas interlocutoras deste estudo sobre como, de que forma e o que é preciso para ser mulher jogadora de voleibol em nossa sociedade. Nesse momento, gostaria de destacar alguns fragmentos das respostas de Isabelly e Agatha, a fim de me fazer entender de quais características de gênero estou falando e quais estão sendo incorporadas no e pelo corpo delas.

Agatha: [...] tem que fazer unha, tem que pintar o cabelo, tem que se depilar, tem que não sei o quê... isso que a sociedade e a mídia imprimem. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Isabelly: A mulher ali, toda lisinha, perna, bunda, mas nada de exagero, nada de menos para não falar que é muito magrela, essas coisas todas. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

No fragmento abaixo há próteses de gênero (megahair) que, quando as questiono se elas já fizeram algum procedimento estético, se sim, qual e por que, elas respondem:

Isabelly: Tirar a barba. Que ainda tem uns vestígios, aí, que posso dizer que ficou. E ter colocado o megahair. Fora isso, não faço procedimento nenhum. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Agatha: Foi prótese mamária, e silicone líquido no quadril e glúteo. Megahair eu já coloquei, mas foi uma vez só, no início da transição. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Há no jogo da inteligibilidade/reconhecimento de gênero uma rede de estratégias e próteses que compõe a maneira como essas jogadoras podem ou não se sentir mais ou menos “naturalmente” mulheres passáveis. E por mais que ser passável como “naturalmente” mulher seja algo estratégico, há de se pensar que também depende do contexto em foco. Duque (2017), ao citar sobre o caso de Mende (uma de suas interlocutoras), relata que o “passar por” dela como um “exemplo” de “passabilidade” não se deu por hormônios e/ou roupas “de outro sexo”, mas sim por sua performance mais afeminada quando ainda criança em contexto no qual não havia usado hormônios nem roupas femininas.

Isso nos faz pensar que o “passar por” é relacional e contextual, uma vez que Mende não precisou acessar prótese alguma. Já no caso das mulheres transexuais deste estudo, para que elas se sintam mais passáveis enquanto jogadoras em times femininos, precisam acessar algumas próteses de gênero para incorporar em suas performances (megahair, unhas postiças e silicone).

Benedetti (2005), ao descrever sobre como aconteciam as principais alterações nos corpos das travestis em busca de serem femininas (mesmo sendo um feminino particular das travestis), relata que nos discursos delas a busca é por uma feminilidade das mulheres. Unhas pintadas, batons, maquiagens em geral, a diminuição ou a eliminação total dos pelos, cabelos artificiais, hormônios, sapatos e roupas, essas e outras características que compõem a performance de gênero foram acionadas pelas travestis para atingir a feminilidade esperada por elas.

As travestis constroem seus corpos e suas vidas na direção de um feminino ou de algo que elas chamam de feminino. Em sua linguagem êmica, querem *ser mulher* ou *se sentir mulher*. *Se sentir mulher* é uma expressão que por si só já traz algumas pistas de como esse feminino é concebido, construído e vivenciado pelas travestis (Idem, p. 96).

Percebe-se que, tanto para as travestis, como para as mulheres transexuais, há maneiras, hábitos, comportamentos, próteses e rituais que constituem uma cultura que também se reporta ao corpo da mulher. Por isso, é

possível perceber que há uma valorização de certos comportamentos e atributos do que outros, fazendo com que em nossa sociedade haja uma maneira específica e até essencial de como é ser mulher e produzir esse corpo de mulher. Segundo Marcel Mauss (1974), de maneira histórico/cultural essa maneira/comportamento/ritual é passado por meio de repetição de indivíduo para indivíduo.

Na atualidade, um dos maiores problemas em relação às práticas esportivas realizadas por bio-mulheres<sup>31</sup> é a constante correlação entre esporte e um padrão único de feminilidade. Por mais que se tente fugir da temática “gênero” dentro do esporte, invariavelmente são realizadas comparações e trazidos questionamentos sobre a aparência e atitudes de mulheres nessa arena (CAMARGO E KESSLER, 2017, p.201).

No tocante à área médica cirúrgica, constitui-se parte do conjunto de práticas que Agatha entende como legitimadoras sendo necessárias para adquirir ‘naturalidade’ enquanto mulher. Quando pergunto para Isabelly se cabe pensar cirurgias, gel, silicone para alcançar a feminilização que ela deseja, ela me responde em concordância com Agatha. Diz ela:

Não, é lógico, se a pessoa acha necessário esse tipo de situação para se tornar mais feminina, com certeza. Se a pessoa tiver condição para passar por várias cirurgias, procedimentos cirúrgicos para tentar ficar mais feminina, por que não? Não vou deixar de buscar uma coisa para eu ser feliz, que eu sei o que eu sou de dentro para fora, e não vou ficar me julgando pelo que os outros me falam. Mulher é ser feminina. Independente se... tem aquela que gosta de malhar? Mas aquela que gosta de malhar está deixando firminho, tudo bonitinho, não gosta de passar, já se sente um pouquinho mais “bombadinha” e já quer parar, já quer, fala para o instrutor: “olha, está acontecendo isso”. Diminui a carga às vezes, de peso, essas coisas, tudo. Eu vejo, é isso. Pra mim é o feminino, né, que vivencia a feminilidade. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Fundamentado nos próprios discursos das interlocutoras, é notável que parte importante destas próteses estão associadas a constantes produção e regulação hormonal, pois com o uso recorrente desses hormônios, as características que são reconhecidamente ditas de mulheres e de homens

---

<sup>31</sup> Bio-mulher é usado para referir-se ao gênero tecnicamente produzido por mulheres que se identificaram com o sexo que lhes foram atribuídos ao nascimento.

culturalmente começam a surgir. Nessa perspectiva, Duque (2017) afirma que “elas são verdadeiras escritas de si, que revelam temperamento e, ao mesmo tempo, características muito bem localizadas na materialidade do corpo, que o vão fazendo existir culturalmente (historicamente) como um corpo [...]” (p. 119-120). Já tendo conhecimento que Agatha faz hormonioterapia, pergunto-lhe como foi essa trajetória hormonal.

Ah, de hormonização, a gente sempre... na verdade, a maioria das travestis ou transexuais, começa como uma travesti. Aí, hoje você vai vendo que “opa, espera aí, é isso aí, é minha vida, não é uma brincadeira”. Aí, você vai vendo que você... vai se tornando. E aí, quem indica para você os hormônios não é um endocrinologista; é uma outra que já tomou e que para ela foi bom, só que cada organismo é diferente. E isso a gente tem que tomar muito cuidado, porque hormonização demais acarreta em um monte de problemas futuros. Os rins param de funcionar, hepatite... um monte de coisa, você não... só que é falta de informação das próprias trans, é uma indicando para a outra. Aí eu comecei aos 22, tomando hormônio, para poder caber a prótese. Porque como meu tórax não tinha simetria, não tinha nem onde... não tinha pele para caber uma prótese, era seco, era o tórax reto. Então para caber prótese, tem que ter uma pele. Então, você toma hormônio para desenvolver a mama, aí nessa mama é que encaixa a prótese. Então, comecei a tomar com 22, e até hoje eu tomo para manter um nível hormonal bacana. Diminuição de pelo, a voz, ajuda a afinar a voz. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Para além de próteses que sejam entendidas/percebidas e usadas com e pelo corpo, aqui convém anunciar um espaço arquitetônico como prótese de gênero acionadas pelas jogadoras mulheres transexuais: a quadra. Há de se pensar, no tocante ao espaço e à estrutura, que a quadra por si só é neutra, porém enquanto prótese arquitetônica ela se torna generificada e marcada por algumas dinâmicas de gênero, como, por exemplo, a mudança da altura da rede entre os jogos femininos e masculinos. Ela muda de acordo com os gêneros. No masculino a rede fica a 2,43 metros do solo. Já no feminino a rede é mais baixa, tendo 2,24 metros de altura. A partir disso, este espaço torna-se um lugar de dinâmicas reiteradas de performances de gênero, que segrega, reúne, produz e reproduz corpos e comportamentos.

Para Agatha, mais do que ser alocada no posicionamento em quadra onde tem preferência, estar em quadra jogando com outras mulheres em time feminino já é um acontecimento digno de ser comemorado, ela destaca: “Então, como [...]”

é uma questão de inclusão, eu queria estar em quadra. Independentemente de qualquer posição”. Ao relatar sobre essa experiência, ela afirma:

Ah, é ótimo. A sensação é, assim, de vitória, de conquista, e você está jogando entre iguais. A impressão que eu senti entrando em quadra pela primeira vez, jogando pelo time feminino, foi... eu estava, assim, realizada. Eu estou ali na minha categoria e não tem estranheza, às vezes eu estava no masculino de líbero, que era a única posição em que eu conseguia jogar, e eu chegava para jogar, assim, e eu ficava tensa pelo que o povo... medo do povo me xingar em quadra, estar jogando e o povo me xingar de fora: “ó o viado, ó o não sei o quê”, porque é isso que o povo fala, né, graças a Deus nunca aconteceu comigo. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Concomitantemente, ainda em busca de uma “passabilidade” exemplo de ser “naturalmente” mulher, há no campo de inteligibilidade, poderes e saberes que importam muito mais que suas próprias práticas, próteses, costumes e comportamentos. Esse poder/saber está diretamente relacionado aos médicos e juristas, umas que são esses os responsáveis pelas cirurgias e (geralmente) pela hormonioterapia, bem como pela documentação identitária dessas jogadoras transexuais. É importante salientar:

Aqui não se trata de reconhecer esses dois campos, o dos/das médicos/as e o do/da juiz/juíza, como sendo absolutamente distintos e não comunicáveis; eles se retroalimentam. Contemporaneamente, quando o assunto é inteligibilidade e reconhecimento no campo do gênero e da sexualidade, não é possível afirma onde inicia um e termina o outro (DUQUE, 2017, p. 127).

Tomando como nota essas observações, neste momento, é imprescindível refletir sobre como foi a inserção da Agatha em um time feminino de voleibol, voltando-nos aqui, sobretudo, aos aspectos centrais deste capítulo. Agatha, desde quando ainda jogava no masculino, treinava como líbero e levantadora. Quando passou a jogar no time feminino, o seu técnico a colocou para treinar em todas as posições em quadra.

Ao surgir o primeiro campeonato (campeonato A) em que ela poderia jogar em Campo Grande, a comissão organizadora decidiu que ela jogaria como líbero, para que assim “não afetasse tanto” o rendimento de jogo em quadra. Sabendo que essa decisão também foi pautada pelo fato de Agatha não ter ainda

o documento de retificação de nome civil e ter apenas os exames de sangue atestando sua produção hormonal bem inferior ao permitido, ela concordou; afinal, o que realmente importava era ela estar entre os pares.

Lembro-me de quando ela me disse que não iria se aguentar quando a retificação do nome saísse, pois ela não iria deixar uma oportunidade sequer passar por estar respaldada legalmente. Mesmo assim, era incrível ver como Agatha estava radiante em quadra, não deixava cair uma bola. Sutilmente maquiada, como a maioria de suas companheiras em quadra, todas as vezes em que ela entrava em quadra, fazia de tudo para chamar suas companheiras de time para o jogo.

No ano seguinte, já em 2018, Agatha consegue a retificação do nome civil e, constantemente fazendo o uso/controlando dos hormônios, ela também continuou dentro do que era estabelecido para ela poder jogar. Mas, agora no campeonato B, as coisas mudaram. Sobre a diferença entre os campeonatos A e B, apresento um fragmento da etnografia:

Agatha está com seus lábios contornados por um batom vermelho, olhos realçados com lápis e rímel preto, um leve toque de blush rosado nas bochechas, cabelos loiros milimetricamente penteados e, como é de costume das jogadoras de voleibol, preso pelo penteado ‘rabo de cavalo’. Visivelmente feliz, tensa, nervosa e realizada. Afinal, Agatha não é mais líbero, agora ela joga como ponteira passadora e isso reafirma ainda mais o quanto ela chegou onde queria<sup>32</sup>. (Anotações do caderno de campo, Campo Grande, abril de 2018).

Ao ler este relato, é inegável a mudança de postura de Agatha. A legitimidade que as próteses de documento (autodeclaração, exames impressos, retificação do nome civil) e de hormônio, em conjunto com todas as outras, proporcionam-lhe ao entendimento e performance de seu gênero são incontestáveis e se assegura de que uma verdade quase que absoluta sobre o que e quem ela é em quadra.

Pode-se perceber que o “passar por” e atingir o reconhecimento de “naturalmente” mulher é possível de diversas maneiras. Ele não é constituído única e exclusivamente pelo gênero e sexualidade, mas está intimamente

---

<sup>32</sup> Agatha tinha a ambição de jogar na posição de jogar em times femininos, porém, se ela pudesse escolher, ela gostaria de jogar da posição de saída de rede ou ponteira passadora na entrada de rede.

interseccionado com outros marcadores sociais de diferença, pois, como vimos, Agatha é reconhecida e se torna visível, sendo branca, jovem, feminina e jogadora em um time feminino. Além disso, essa “passabilidade” e alcance da inteligibilidade está diretamente vinculada a poderes diversos (médicos, jurídicos etc.) que legitimam ou não essas experiências.

Afinal, o interior é discursivo e é incorporado/externalizado por e pelo corpo através de silicone, unha postiça, cabelo, megahair, batom, movimentações ditas femininas, hormônios, maquiagem, cabelos compridos, time feminino, feminina; contudo, ainda é preciso de poderes e saberes que legitimam esse ser mulher para além de performances e próteses; não basta elas apenas se identificarem e se reconhecerem como tal. Pois há uma necessidade de documentos e exames para que haja uma ilusão de fixidez/reconhecimento desse gênero.

## **CAPÍTULO 3 – MULHERES E SEUS CORPOS: BLOQUEANDO<sup>33</sup> POSSIBILIDADES E ATACANDO<sup>34</sup> COM ESTRATÉGIAS**

### **3.1 – Mulher não transexual e o esporte sob um olhar generificado**

Vimos nos capítulos anteriores como de alguma maneira os corpos de mulheres transexuais são construídos, pensados e desejados. E por mais que a produção desses corpos das mulheres trans até aqui citados tenha sido majoritariamente construída sob uma demanda de aprendizado de como ser homem ou mulher pela sociedade (MARIANE PISANI, 2018), quero aqui trazer a relação da mulher não transexual, o esporte e, por fim, a relação desses dois (esporte e mulher não transexual) com as mulheres trans e travestis. Digo esporte, pois serão o voleibol e outras práticas esportivas.

Caroline Soares de Almeida (2013), ao escrever sobre ser jogadora de futebol em um devido time feminino na década de 1980, relata diversos fatores complicadores da presença das mulheres no esporte. Um simples fundamento próprio do futebol, como o drible (muito usado e admirado no futebol masculino), no futebol feminino é visto de outra maneira que não como uma habilidade a ser glorificada. O drible em campo nos jogos de mulheres é visto como um ato de balanço de quadris para a sedução das jogadoras de seus espectadores.

Tatiana Moreira (2009), ao dizer sobre como o vôlei feminino e a estética das jogadoras estavam em constante ligação, relata que as mulheres jogadoras de voleibol na década de 80 eram constantemente comparadas com as de basquetebol, enquanto aspectos de feminilidade e todas as características que compõem a performance de “ser” feminina (jeito delicado, unhas pintadas, cabelos cuidados, roupas justas etc.).

Pisani (2012), ao explicar em sua dissertação sobre mulheres que jogam futebol, relata que a imagem delas está diretamente ligada a uma desejo quase que absoluto de uma feminilidade legítima, ou seja, é necessário que essas mulheres jogadoras de futebol sejam vaidosas, pintem seus cabelos, alisem-no,

---

<sup>33</sup> O “bloqueio” é um fundamento usado para impedir que o ataque do adversário passe para o outro lado. Aqui ele é usado de maneira alusiva representando os discursos contraditórios dos técnicos que compõem este capítulo.

<sup>34</sup> O “ataque” é o fundamento realizado para finalização da jogada. Aqui está sendo usado de maneira alusiva representando as maneiras estratégicas de lidar com a inserção das jogadoras transexuais em times femininos.

façam unhas, depilem e, caso tenham tatuagem, optam por aquelas delicadas de borboletas, flores etc. Isso tudo é fielmente vigiado pelos clubes, bem como pelo público que as assistem, pois é necessário que elas estejam o mais distante possível da imagem do jogador de futebol, pois, se estiverem um pouco masculinas, isso pode acarretar em um questionamento de sua sexualidade, o que no meio *mainstream* do esporte não é bem-vindo.

Uma das interlocutoras de Pisane (2012), cujo o nome fictício é Marina, relata que a própria CBF fez uma conscientização para as jogadoras de futebol feminino sobre cabelos curtos, trejeitos masculinos e postura.

O futebol no Brasil em vez de aparecer como um lugar de possível expressão de um outro modo de ser mulher, acaba contribuindo para reificar um estilo específico e hegemônico ser mulher: cabelos compridos, ajeitados, não - "jeito de homem". E uma opção sexual: a heterossexual. As jogadoras internalizam, sem crítica, os discursos dos gerentes de marketing e da CBF, vistos como "conscientização" (PISANI, 2012, p. 88).

Da mesma maneira que há um padrão hegemônico de ser mulher no esporte, o qual reitera as normas de gênero vigentes, há também, segundo Isabelly, um padrão de masculinidade para homens jogadores de voleibol.

Isabelly: No vôlei a gente sente muito preconceito, por causa de patrocinadores... recursos que os clubes muitas vezes precisam e eles não aceitam, assim...

Pesquisador: Não aceitam o afeminado...?

Isabelly: O afeminado dentro de quadra. Eles visam muito a imagem do clube, a imagem do patrocínio...

Pesquisador: Visam a imagem do homem másculo?

Isabelly: Isso, muitas vezes, você vê gays jogando, mas é aquele gay que você vê que são gays másculos, barbudos... são gays mais masculinos.

Pesquisador: E aí o gay afeminado não cabe ali...?

Isabelly: Não cabe no vôlei masculino, nesse sentido.

Pesquisador: Isabelly, você acha que chega ao ponto de perder o patrocínio?

Isabelly: Pode chegar, sim. Se os patrocínios tiverem fatores maiores. Por exemplo, se os proprietários, os donos da empresa, tiverem algum preconceito contra os homossexuais, pode acontecer sim de perder patrocínio nesse sentido. Eu já vi muitos

casos, como até mesmo eu falei agora há pouco, do Pinheiros. Acontece muito isso. Pessoas que... o lugar, o ambiente em que estiver, a pessoa não aceitar, vai acontecer muito isso, o preconceito. O técnico não aceitar, o grupo pode aceitar, mas se os patrocinadores não aceitam, aí fica mais difícil. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Esses padrões referem-se a uma oposição: Mulher x Homem, Feminino x Masculino. Em que homens não devem se aproximar de feminilidades e mulheres não podem ter performances masculinizadas. Isso tudo sendo constantemente vigiado pelos clubes e seus patrocinadores.

Ainda sobre essa produção da imagem da mulher no esporte, Moreira (2009) expõe que, em 1982, as jogadoras da Seleção Brasileira de Voleibol Feminino, participaram do Mundialito, campeonato organizado pela “empresa de marketing esportivo *Promoação*” (Idem, p. 79), sediado na cidade de São Paulo, com o intuito de se preparar para o Mundial que aconteceria no Peru. Como estratégia e finalidade de transformar o voleibol feminino em um “produto a ser vendido” (MOREIRA, 2009, p.83), José Cocco, profissional de Marketing da empresa diz:

Mas para profissionalização das meninas nós tínhamos um problema muito sério no Brasil, que eram as meninas do basquete. Que não eram meninas, né... a imagem que elas tinham era de que elas eram homossexuais, todas e elas tinham. Tinham uma imagem muito forte disso. E no vôlei, nós não queríamos que isto acontecesse. Começamos a trabalhar a feminilidade e a beleza das jogadoras de vôlei. Que está até hoje isto. De que maneira nós começamos? O Luciano na narração começou a falar que as meninas eram bonitas, o uniforme delas era bonito, na época lançou-se aquele macaquinho, era diferente daqueles “calçõeszões” grandes, né, aquelas bermudonas do basquete. A roupa era bonita, era feminina. As meninas do vôlei começaram a entrar em quadra bem penteadas, com fivelas, maquiadas muitas delas, porque tinha televisão e tal. Nós, quando entramos, elas participaram de desfiles de moda, de matérias de moda, das revistas, elas pousaram com roupas. E com isto a gente conseguiu com que elas fossem encaradas como mulheres, femininas, bonitas atletas, desejadas, e não deu outra, deu isto. Ficou aquela mulher, atleta bonita que não tem em nenhum outro lugar.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> COCCO, José Estevão. Entrevista concedida à Tatiana Sviesk Moreira. 9 dez. 2008.

Para além de todas as exigências de uma performance de gênero inteligível de ser mulher, ainda, como se pode perceber na citação acima, há outras maneiras de fazer com esse corpo seja ainda mais desejável no voleibol feminino. De “calçõeszões” do basquete, para uma roupa justa e que pudesse desenhar as curvas dessas mulheres, o uniforme se tornou uma prótese de gênero (PRECIADO, 2002) importante na construção da mulher no esporte, aqui especificamente no voleibol.

Almeida revela que as jogadoras titulares que compunham o clube em que ela estudava eram apresentadas pelo “nome, posições, salários, altura e bustos. Esse último atributo é indiferente dentro de campo, servindo apenas para povoar o imaginário do leitor” (2013, p. 94). Ainda, segundo ela, “as mulheres parecem se destacar mais pela beleza do que pela qualidade de jogo, sendo, com facilidade, encontradas reportagens de jogadoras consideradas atraentes e de modelos e atrizes que também jogam futebol” (Idem, p. 93).

Em relação ao vôlei não é diferente. Em uma breve pesquisa no *Google* com as palavras-chave “jogadora”, “voleibol” e “capa de revista”, encontrei matérias como essas: “Musa do vôlei, Mari Paraíba será capa da revista Playboy no mês de Julho”<sup>36</sup>, “Capa de revista, Ágatha mostra beleza fora das quadras em ensaio de moda”<sup>37</sup>, dentre tantas outras. Isso permite entender que a objetificação e mercantilização do corpo da mulher, através de uma feminilidade desejada e vinculada as “modelos” de beleza, não perpassa a realidade de uma única modalidade.

Para tanto, é possível entender que o gênero é um produto constantemente reiterado, pois é frágil, não natural, ambíguo. Digo isso, porque tanto para as mulheres transexuais como para as mulheres não transexuais, dependendo de suas performances de gênero, suas sexualidades serão questionadas ou afirmadas. No esporte isso acontece de maneira exposta e evidente. Por exemplo, em diversos momentos às mulheres atletas é permitida

---

<sup>36</sup> FRANCESCHINI, Gustavo. “Musa do vôlei, Mari Paraíba será capa da revista Playboy no mês de Julho”. Disponível em: < <https://esporte.uol.com.br/volei/ultimas-noticias/2012/06/18/musa-do-volei-mari-paraiba-sera-capa-da-revista-playboy-do-mes-de-julho.htm>>. Acesso em: 20 de jan. de 2019.

<sup>37</sup> FONTES, Carol. “Capa de revista, Ágatha mostra beleza fora das quadras em ensaio de moda”. Disponível em: < <http://globoesporte.globo.com/volei-de-praia/noticia/2014/06/capa-de-revista-agatha-mostra-beleza-fora-das-quadras-em-ensaio-de-moda.html>>. Acesso em: 20 de jan. de 2019.

e estimulada a configuração de uma feminilidade alternativa que passa por outras características que não aquelas tradicionalmente atreladas ao feminino hegemônico (bravura, destemor, valentia, força, resistência, potência etc.) e, ao mesmo tempo, “zela-se” para que não ocorra sua despersonalização, principalmente no sentido de não serem comparadas a um homem. Assim, por um lado, em vários momentos se deseja o acoplamento de mulheres esportistas às características atribuídas socialmente ao universo masculino, por outro, produzem-se dúvidas em relação à orientação sexual das esportistas, pois são permanentemente alvo de sondagem e desconfiança.

Essa produção de feminilidade parte do corpo, da produção deste corpo, de suas performances (BUTLER, 2013) e próteses de gênero (PRECIADO, 2016). De maneira direta, atualmente, essas mesmas cobranças de performances mais sensuais e femininas são exigidas também das mulheres transexuais que estão em quadra jogando em times femininos de voleibol, como vimos no capítulo anterior.

### **3.2- Agenciando as possibilidades com estratégias habilidosas**

Apresentado um breve histórico sob a participação das mulheres nos esportes no Brasil, seus corpos e performances, bem como apresentado as trajetórias das duas interlocutoras mulheres transexuais jogadoras de voleibol que compõem o campo offline neste estudo, passo agora para uma outra jogadora mulher transexual que está em evidência na cena nacional e internacional esportiva que aqui dirá respeito ao campo online. Ela é pensada aqui no sentido de melhor compreender as questões que estão colocadas também na cidade de Campo Grande, quanto ao tema deste estudo.

Tiffany Abreu, com seus 33 anos, de cor branca, cabelos curtos e castanhos, 1,92 de altura, jogadora na posição de oposta e que também se entende como heterossexual tem sido a sensação da mídia no esporte nesses últimos meses. Basta dar uma pesquisada no site de busca *Google* com a palavra-chave “Tiffany” que aparecerão diversas notícias com variados tipos de interesses, reconhecimento e visibilidade nos jornais online: “Jogadora de vôlei

transexual Tiffany, um caso em busca de respostas”<sup>38</sup>, “Brasileira Tandara entra de vez na polêmica sobre Tiffany: “Não concordo”<sup>39</sup>, “E se Tiffany, a trans do vôlei, jogasse futebol?”<sup>40</sup>.

Notícias de cunho especulativo sobre sua força, rendimento, pontuação, bem como aprovação ou não por parte de outras jogadoras não transexuais têm sido recorrentes nas mídias digitais sobre o “caso Tiffany”. É pertinente estabelecer um diálogo entre essas notícias com os olhares da Isabelly e da Agatha Montenegro, pois, quando pergunto-lhes qual é a opinião delas em relação ao que está sendo publicado sobre as jogadoras transexuais em times de voleibol feminino, elas apontam sobre “precisar ter mais respeito” e a existência de “muita hipocrisia”.

A questão da necessidade de “respeito”, é apontada por Isabelly:

Eu acho que as pessoas deveriam ter um pouquinho mais de respeito. Um pouquinho mais de aceitar e abrir um pouco a cabeça para isso porque, hoje em dia, a medicina está aí e nos favorece em um monte de coisa. Então se está tudo certinho, não tem que ter aquela polêmica: “ai, cresceu num corpo de homem e não tem como”, e “ah, não vai jogar porque ela vai ter um ponto a mais, vai se sobressair mais”. Não! Acho que isso não tem nada a ver, a comparação. Eu acho que o que muitos às vezes julgam, a gente vê as pessoas julgando, né, criticando, não aceitando, falando muitas das vezes que está ganhando pontuação por causa disso. Agora bombada aí na mídia, que é a Tiffany, faz ela receber menos bola, quem vai ser ela? Ninguém. Se diminuir a quantidade de bola, se mudar a posição em que joga, e diminuir o rendimento dela dentro de quadra, talvez vai ser uma qualquer. Acho que o problema ali não é tanto nem a força, é a distribuição mesmo, se a pessoa recebe mais bolas, tem mais possibilidade de ter mais acertos e pontos, e também tem possibilidade de ter muitos erros. É do mesmo jeito que uma mulher. A gente tira pela Tandara. A Tandara recebe muita bola. E muitos pontos, mas também tem bastante erro. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Para Agatha, “há muita hipocrisia por parte da mídia”:

---

<sup>38</sup> BAIBICH, André. “Jogadora de vôlei transexual Tiffany, um caso em busca de respostas”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2018/03/tiffany-um-caso-em-busca-de-respostas-cje93monr030d01qxy1pe3gce.html>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>39</sup> NUNES, Maíra. “Brasileira Tandara entra de vez na polêmica sobre Tiffany: “Não concordo””. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/tandara-nao-concorda-tiffany-transexual/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>40</sup> BARROS, Maurício. “E se Tiffany, a trans do vôlei, jogasse futebol?”. Disponível em: [http://www.espn.com.br/blogs/mauriciobarros/751469\\_e-se-tiffany-a-trans-do-volei-jogasse-futebol](http://www.espn.com.br/blogs/mauriciobarros/751469_e-se-tiffany-a-trans-do-volei-jogasse-futebol). Acesso em: 23 jun. 2018.

Ah, a mídia é muito corrupta, né? Ela é complicada. Por um lado, se ela quer ajudar uma pessoa, ela ajuda. Ela enaltece. Se ela quer derrubar, ela derruba. Porque é uma massa de manobra, né, o povo. Infelizmente. Então ela é assim: eu acho que deveria ter mais informação, igual novela, novela passa uma forma de trans, só que às vezes... é engraçado que eles colocam um ator para fazer uma transexual, sendo que tem atrizes transexuais para o papel. Por que é que não coloca uma Ariadna, que fez curso de atriz, fez curso de teatro, por que não coloca ela para fazer um papel de, realmente, uma trans? Entendeu? Não, não coloca; coloca um homem vestido de mulher para fazer. Aí, essas coisas que o povo já associa, então isso estraga a visão. Aí, igual à mídia da TV, ela fala de uma forma assim, pelo menos que eu vejo, ela fala de uma forma assim, imparcial. Ainda. Só que ela coloca, muitas vezes, mais contras do que prós. Ela coloca médicos para falar que tem vantagem, e não colocam pessoas que realmente vivenciaram. Elas não colocam uma ou duas que falam: “não, a gente jogou contra elas, nada demais”. Não é nada de exorbitante, diferente, vai matar alguém... não! Ela só joga, tem vantagem? Tem vantagem. O treinamento já foi diferenciado. A rede é mais alta, sempre um pouco mais alta, então a vantagem é essa, é a técnica. E não a força. Mas a mídia manipula muito. Tanto é que muitas atletas, de seleção, não querem opinar. E as que opinam contra, o povo cai de pau. Mas está errado, é a opinião dela. Só que na opinião delas, eu não vou opinar uma coisa que eu desconheço. Um assunto que eu desconheço, então eu vou pesquisar, saber sobre, aí eu vou opinar. Do contrário, eu fecho a boca e fico quieta. Nem falo nem que sim, nem que não, que nem elas estão fazendo isso. Mas elas estão fazendo isso mais porque os clubes estão falando: “olha, não se pronunciem”, porque se fosse por elas, acho que se pronunciavam. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Na ausência de estudos científicos que comprovem ou não mais força, mais agilidade, mais potência, as mídias têm usado de médicos especialistas e outras pessoas que apenas “acham” e comentam sobre a inserção de mulheres transexuais em times femininos de voleibol. Ao passo que a mídia pode, de alguma forma, invisibilizar esses corpos trans no esporte, ela também pode visibilizar e reconhecer as possibilidades de permanência e ascensão delas.

No que se refere às mídias digitais e à forma como elas visibilizam esses corpos transexuais, é importante evidenciar duas notícias. A primeira diz respeito a contratação da Tiffany em um time que compete na maior liga nacional de voleibol do país: “Tiffany assina contrato com o Bauru e se torna a 1ª jogadora trans na Superliga”<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Globoesporte.com. “Tiffany assina contrato com o Bauru e se torna a 1ª jogadora trans na Superliga”. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany->

A notícia relata sobre a contratação de Tiffany e também fala um pouco de sua história. Este fragmento da notícia demonstra um pouco sobre o que estava sendo abordado no conteúdo do sexto:

A ponteira Tiffany será a primeira trans brasileira a atuar na Superliga feminina. Nesta terça-feira, Bauru anunciou sua contratação para a sequência da temporada 2017/18. A atleta treina junto do elenco bauruense desde julho deste ano, quando chegou para se recuperar fisicamente. [...] A goiana Tiffany tem 33 anos (nasceu Rodrigo Pereira de Abreu) e disputou a Superliga masculina no Brasil, além de outros campeonatos entre os homens antes de fazer a transição de gênero. No início de 2017, a ponteira recebeu a permissão da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) para competir profissionalmente entre as mulheres.<sup>42</sup>

Ser contratada por um time que participa da Superliga e já estar treinando junto com outras mulheres não transexuais, neste contexto esportivo, indica a possibilidade de inserção de uma pessoa transexual e também um provável reconhecimento de gênero da Tiffany como mulher. Pois, mesmo que haja um sistema regulatório dos corpos trans por parte do COI, há um agenciamento a partir do que é possível para as mulheres transexuais estarem presentes em quadra nos campeonatos femininos de voleibol. Butler destaca que “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade” (2010, p. 19).

A segunda notícia que evidencio aqui diz respeito a uma possível convocação da Tiffany para a seleção brasileira de voleibol: “José Roberto Guimarães admite convocar Tiffany para a seleção brasileira”<sup>43</sup>. Esta matéria relata como o técnico da seleção de voleibol feminino avalia a possível convocação dela. Neste fragmento dessa entrevista o José Roberto Guimarães diz:

A questão é bem simples. Se a Tiffany render dentro de quadra o esperado e fizer a diferença tecnicamente falando, passa a

---

assina-contrato-com-o-bauru-e-se-torna-a-primeira-jogadora-trans-na-superliga.ghtml. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany-assina-contrato-com-o-bauru-e-se-torna-a-primeira-jogadora-trans-na-superliga.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>43</sup> VOLOCH, Bruno. “José Roberto Guimarães admite convocar Tiffany para a seleção brasileira”. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/blogs/bruno-voloch/jose-roberto-guimaraes-admite-convocar-tiffany-para-a-selecao-brasileira/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

interessar como qualquer outra atleta. Quero o melhor para a seleção. Se for o caso, irei consultar a CBV e como a Tiffany está liberada juridicamente para jogar a Superliga não vejo problema algum em ser convocada. Basta que ela esteja elegível<sup>44</sup>.

Dentre várias opiniões e matérias ligadas à participação da Tiffany em quadra na Superliga, principalmente relacionadas ao seu desempenho, saliento as duas supramencionadas. Mas, principalmente esta última, pois diz respeito a ela ser possivelmente convocada para jogar na Seleção Brasileira Feminina de Voleibol. Representar seu país é um dos objetivos dos e das atletas de alto rendimento e por isso é importante pensar sobre esse reconhecimento. Destaco que trago esses dois fragmentos iniciais para analisar esse provável reconhecimento de gênero como mulher.

O fragmento que foi exposto acima fala sobre a Tiffany estar “elegível”. Nesse sentido, estar elegível diz respeito ao decreto do COI em relação à documentação de mudança de gênero e regulação dos hormônios masculinos. Observa-se que há saberes/poderes (médico, jurídico, psi) que definem o que é ou não um corpo inteligível (BUTLER, 2016) do que é ser mulher e jogadora em time feminino e, baseados nos hormônios bem como na documentação, vão legitimar ou não esses corpos.

São esses mesmos saberes/poderes que legitimaram a presença de Agatha Montenegro no time feminino de voleibol no campeonato A e B. Isso ficou evidente quando, nas minhas observações no campeonato A, ela me entregou alguns exames como já descrito por mim no capítulo um.

Destaco o fato de ela jogar, mas apenas de líbero, pois os organizadores e patrocinadores estipularam alguns requisitos para que ela estivesse dentro de quadra. Esses requisitos foram que ela estivesse fazendo a hormonioterapia durante os 12 meses que antecederam o campeonato e também a retificação do nome civil. Como ela tinha apenas os hormônios e ainda não tinha o nome civil, a determinação foi que jogasse de líbero.

Ser mulher, a partir deste fato, é constituído para além de hormônios. A mulher jogadora de voleibol precisa ter um outro documento que vai materializar

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/blogs/bruno-voloch/jose-roberto-guimaraes-admite-convocar-tiffany-para-a-selecao-brasileira/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

e dar sentido e significado sobre o que é ser mulher. É preciso ter a prótese de gênero (PRECIADO, 2008) - o documento - que esteja comprovando seu sexo e nome de mulher. Convém observar que, conforme esses processos de documentação e hormonização, é persistente a ideia do sexo biológico e continuamente é posto de forma binária, pois foi colocado como um homem e depois como uma mulher.

Fátima Lima salienta que:

Afinal muitos dirão: ou é homem ou mulher, ou fêmea ou macho, as genitálias estão aí para evidenciar a sua radical dicotomia, salvo o que se designa como “anomalias genitais” - os estados intersexuais. No entanto, podemos tomar os sexos não como um destino biológico, mas como uma invenção, uma norma regulatória que impõe sobre os corpos formas de existir cuja heteronormatividade é o modelo dominante e compulsório (2014, p. 23).

Mas, para além dos hormônios e documento de retificação de nome civil, as jogadoras transexuais se autocobram uma performance de gênero (BUTLER, 2016), estritamente feminina do que é ser mulher jogadora de voleibol em time feminino dentro de quadra. Corpo atlético, alta, ser feminina, ser mulher e ter desejo heterossexual, são importantíssimos para que elas sejam reconhecidas como mulheres, mesmo por já estarem marcadas como transexuais por todas essas exigências médicas, jurídicas e psi que está no decreto do COI. Elas estarem marcadas só nos mostra que,

[...] certos tipos de identidades de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero (BUTLER, 2016, p. 44).

Essa matriz impera sobre os corpos e suas experiências, fazendo com que haja os corpos/gêneros que são inteligíveis e os que não são. Isso fica muito evidente quando, nos relato da Isabelly, ela fala sobre a lutadora mulher não transexual de MMA.

Sim. Do MMA. Se você for comparar, eu vou olhar ela, vou julgar ela pelo que eu vejo. Não uma trans. Vou olhar: “nossa, o que é isso?”. As pessoas julgam da forma como a gente vê, é igual a ela, é uma mulher, feminina, mas comparando fisicamente falam que é um homem. Então, acontece esse preconceito e às vezes, sabendo que ela fisiologicamente ela é uma mulher, mas fisicamente, estruturalmente, ela não é, acaba não sendo vista como uma. Deixa de ser um pouquinho, porque se for para comparar, eu vejo muito isso, até para mim eu acho um pouquinho exagerado, ainda mais mulheres, porque a gente está acostumado com o “normal”, está acostumado com aquela mulher feminina, linda, não muito músculo, nada de músculo, aí a gente vê uma mulher Graciane Barbosa, ah, eu acho para mim, particularmente, uma coisa um pouco exagerada. Perde a feminilidade. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Agatha comenta como acontece a não aceitação pelas adversárias dela, relatando ter preconceito e resistência por parte delas.

[...] time adversário? Ixe, horrores, por quê? A hipocrisia é tanta que, na cabeça delas, eu sou um homem. Um homem barbado, musculoso, que vou jogar contra elas. Na cabeça delas é isso aí. Tanto [...], as meninas, [...] falaram que elas jamais iam permitir que jogassem no feminino comigo. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

O que as interlocutoras contam é corroborado por Tiffany, ao dar entrevista para um jornal online, na qual relata estar se sentindo incomodada com ao preconceito dos outros e diz: “me sinto atingida como ser humano. As pessoas livres de preconceito me apoiam de verdade”<sup>45</sup>.

Por mais que esses corpos não sejam corpos desejados, eles ainda insistem em fazer parte deste meio esportivo, principalmente quando há um decreto regulador e normatizador que “permite” o acesso dessas pessoas no esporte, aqui no caso no voleibol. Acesso esse que se entende como um reconhecimento de gênero da categoria mulher transexual participando em time feminino de voleibol.

---

<sup>45</sup> VOLOCH, Bruno. “Tiffany pontua, incomoda e desabafa: ‘Me sinto atingida como ser humano. As pessoas livres de preconceito me apoiam de verdade’”. <https://esportes.estadao.com.br/blogs/bruno-voloch/tiffany-pontua-incomoda-e-desabafa-me-sinto-atingida-como-ser-humano-as-pessoas-livres-de-preconceito-me-apoiam-de-verdade/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Então, a pergunta que fica é: até que ponto há um reconhecimento de gênero? Ou, há uma manifestação de outras negociações e estratégias de reconhecimento que não só de gênero?!

Aqui eu trago uma outra cena de uma das minhas idas ao campo para fazer etnografia nos jogos de uma das minhas interlocutoras de Campo Grande-MS, em que pude presenciar alguns acontecimentos e escutar algumas falas. Quero destacar uma conversa com um homem que compunha a organização do campeonato, o qual aqui o terá o nome fictício de Carlos:

Sentado na arquibancada bem em frente à quadra do lado em que minha interlocutora jogou. Acabou o jogo e decido, então, sair dali para observar outros lugares que não só da arquibancada. Resolvo, então, ir para dentro da quadra conversar com a comissão técnica e com os organizadores. Andando a passos lentos, observando a movimentação, os olhares, as falas, avisto um homem parado ao lado da rede e decido conversar com ele que participava da comissão técnica/organizadora do jogo. Sabendo da facilidade que seria conversar com ele por ter sido meu calouro na faculdade e que sempre quando nos víamos conversávamos, eu logo o cumprimentei e iniciei a conversa:

Pesquisador: E aí, o que achou deste jogo?

Carlos: Foi bom. As coisas estão diferentes.

Pesquisador: Que coisas?

Ele voltando o olhar para a jogadora transexual aponta:

Carlos: Ah, agora pode tudo.

Eu querendo extrair tudo que podia dessa conversa, indago:

Pesquisador: Ah é?! Como assim tudo?

Carlos: Não tenho nada contra o homossexualismo, mas acho um desrespeito com o esporte, porque existe feminino e masculino, e se é para elas jogar que crie uma nova setorização. Que faça um campeonato delas, um campeonato trans.”  
(Transcrição da etnografia realizada em 06 de maio de 2017).

A fala deste rapaz torna mais evidente a ideia que Camargo e Kessler (2017) apresentam sobre os corpos dissonantes serem alocados em “subcategorias” por não estarem dentro da norma. São corpos que tensionam os limites do binarismo masculino/feminino e põem em jogo a padronização dos espaços esportivos hegemônicos.

Há uma forma de (re)existir que possibilita a presença de outros corpos, comportamentos e desejos que não aqueles já existentes como “naturais”. E, por esses corpos tensionarem os limites do sistema esportivo vigente, causam

desconforto a ponto de quererem alocá-los nessas “subcategorias” ou novas categorias como um campeonato específicos para transexuais.

Para que as mulheres transexuais agenciem os rechaços e rejeições que frequentemente enfrentam no esporte normatizado, bem como em vários outros contextos sociais, elas precisam se submeter nas palavras de Ana Paula Vencato, “às constantes negociações que precisam fazer para, digamos, ter alguma aceitabilidade numa sociedade que não tem como característica principal o respeito à diferença” (2003, p. 204). Pois, nesta área esportiva, por exemplo, tanto a mulher não transexual como a mulher transexual que apresentam força e performances semelhantes às ditas “masculinas” colocam em risco à ordem social heteronormativa (CAMARGO; KESSLER, 2017).

É importante ressaltar que o jogo de voleibol é um tipo de esporte extremamente tático, funciona como peças de xadrez. Está muito além de força, resistência, potência, é preciso ter muita técnica e agilidade, e isso tudo só é conquistado com treinamentos excessivos que o esporte de alto rendimento tem com principalmente característica. Para além dos binarismos dos corpos de homens e mulheres.

Se pensarmos de forma a colocar a força e a potência em primeiro lugar, principalmente em relação aos corpos de mulheres transexuais, logo perceberemos que há outras subjetividades para além do que pensamos associados aos corpos de um “antes” homens em quadra.

Antes de falar sobre as subjetividades do processo de construção do corpo dessas mulheres transexuais jogadoras de voleibol, é preciso enfatizar sobre o sentido de força para além da fisiologia. Digo isso, pois a categoria forte e fraco são relativas e contextuais, porém são diretamente relacionadas às mulheres.

Como força, velocidade e agressividade são atributos relacionados ao gênero masculino, cria-se uma confusão quando determinantes sociais são reduzidos ao determinismo biológico. As mulheres seriam fracas por natureza hormonal, e, por conseguinte, as mulheres fortes deveriam ser homens disfarçados de fêmeas (LESSA; VOTRE, 2013, p.267).

Há de se pensar que no marco temporal do surgimento do voleibol, como já foi relatado nesta dissertação, foi criado como um esporte que desprenderia

de menos força e contato físico; portanto, um esporte destinado às mulheres, isso porque haveria uma rede em que separaria os dois times que estivessem jogando.

A rede então surge como um artefato para inibir a violência, principalmente o contato entre os times. Porém, isto é extremamente questionável, uma vez que há vários relatos de todos os tipos de violências possíveis em quadra, desde lesões nas articulações, até ofensas com palavras pejorativa e violências físicas.<sup>46</sup>

Então, a rede entra neste esporte como uma fronteira simbólica em torno do discurso da violência. Entretanto, com a inserção dessas mulheres transexuais no voleibol, a ideia de violência surge, pois agora há, supostamente, um homem entre as mulheres no time feminino. Há, nesse sentido, uma expectativa de que a jogadora transexual traga força e violência para a quadra, uma vez que no imaginário idealizado na criação deste esporte ele era isento de violência, principalmente no feminino.

Contudo, nos treinamentos de voleibol de alto rendimento, aqui com o recorte do treinamento de times femininos, é recorrente perceber que, além de a maioria dos técnicos serem homens, a comissão técnica que as treinam também é composta majoritariamente por homens. Não à toa que, segundo Agatha, é um homem denominado “braço” que treina o passe e recepção, atacando nas jogadoras do time.

Agatha: O vôlei feminino, nas épocas de ouro do vôlei feminino... hoje em dia eu já não sei como que está, mas todo jogo no vôlei, tanto masculino quanto feminino, tem um cara chamado “braço”. Não sei se você sabia disso.

Pesquisador: Não.

Agatha: Esse cara, ele é pago para quê? Para subir na mesa, na rede eles colocam uma mesa, o cara sobe e ataca. Tanto ataca, quanto saca, quanto ataca nas líberos para elas defenderem. Mete a porrada, por isso que ele é o braço. No feminino, não é uma mulher que vai lá e bate nelas. É um “cepa” de um negão com um braço de 40 centímetros. De bíceps. Então é assim, o cara é um “cepa” de um homem de 1 metro e 80, vai lá e mete a

---

<sup>46</sup> No jornal online do site da UOL, existe uma matéria com o título: “Imobilização, choro e ofensas. Brigas no vôlei vão muito além de Zé x Jaque”, que traz diversos relatos descritos e com imagens de brigas em jogos de voleibol. Nessa matéria fica explícito o quanto o voleibol também é um esporte violento, cujo a ideia de se isentar da violência pela rede acaba por ser um equívoco. <https://esporte.uol.com.br/volei/ultimas-noticias/2017/12/10/tretas-volei.htm> . Acesso em: 22 jan. 2019.

paulada nelas. Que é o braço. Isso, se você perguntar para qualquer pessoa que joga, que realmente treina, a nível de seleção, é assim. Tanto é que o feminino, elas treinavam, faziam amistosos com o juvenil masculino. O feminino, da seleção brasileira feminina, treinavam e faziam amistosos contra os meninos. E hoje vir com essa palhaçada, dizendo que é desleal? Ter uma trans jogando? Que está com nível hormonal OK, está equiparada com o nível feminino? É complicado, né? A pessoa vir falar de vantagem, sendo que treina com um cara imenso metendo a porrada nelas. Tem vídeo de Bernardinho subindo no negócio e mandando o braço. Você acha que o Bernardinho tem força do quê? De uma menina de 12 anos? Aí é hipocrisia, né? (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Portanto, é possível perceber que o propósito da rede não passa de um imaginário ilusório de não violência. E, quando este ideal de não violência é ameaçado pela presença de uma transexual em quadra, começam a surgir alguns questionamentos e inseguranças quanto à presença das transexuais em quadra. Em uma matéria do jornal online UOL, o jornalista relata sobre como existem diversas jogadoras incomodadas com a participação da Tiffany no campeonato, principalmente quanto ao seu rendimento e sucesso, o jornalista relata: “as jogadoras temem ainda que o sucesso de Tiffany aumente o número de trans no vôlei feminino, causando perda de espaço de atletas cis - com o mesmo gênero desde o nascimento - e desequilíbrio na modalidade”.<sup>47</sup>

Contudo, no processo de transição dessas jogadoras, é preciso pensar nas subjetividades que dizem respeito diretamente ao processo de hormonioterapia, os quais são pouco ditos pelas pessoas que intensificam seus discursos sobre uma possível força não pensando nos efeitos colaterais.

Eu joguei vôlei, no caso, desde os meus 17. E 17 para 28, então são 10 a 11 anos, mais ou menos, mas aí eu dei uma caída boa no esporte por causa dos hormônios. Porque aí eu parei, abandonei um pouco, porque você tem um desgaste principalmente, você não tem aquele pique mais, todo, se você não tiver uma preparação, um treino físico, você... muitas vezes eu abandonava treino, abandonava os jogos, porque eu sabia que eu não ia aguentar, não estava suportando. Ainda mais no início desse processo da hormonioterapia, porque a gente não está acostumada, então o baque às vezes é grande. A gente quer dar aquela mesma pegada, e às vezes não sai. Pior coisa é isso, é você tocar uma bola, achando que é aquela bola que

---

<sup>47</sup> CANOSSA, Carolina; CARNEIRO, Leandro; ROCHA, Thiago. “Jogadoras se incomodam com Tiffany e querem regras mais rígidas para trans”.<https://esporte.uol.com.br/volei/ultimas-noticias/2018/01/16/jogadoras-se-incomodam-com-tiffany-e-querem-regras-mais-rigiditas-para-trans.htm?>. Acesso em: 22 jan. 2019.

“você vai bater, e no final não é nada disso, aí eu mesma fico: “nossa, não acredito que perdi essa bola” (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Essa produção e um corpo novo, um corpo com hormônios femininos, é reconhecidamente pela Isabelly mais frágil e passível de lesões, segundo ela o corpo muda totalmente, “você se lesiona com mais facilidade, se você não tem uma preparação de pessoas te instruindo, você se machuca. Porque seu corpo fica propício a várias coisas, devido aos hormônios. Eu olho meu corpo hoje, meu corpo antigamente, meu organismo é completamente diferente fisicamente.” (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Para além de hormônios e meio esportivo, os corpos transexuais são colocados em diversos momentos a situações que oferecem riscos para elas mesmas, como foi relatado no primeiro e segundo capítulo na trajetória e produção dos corpos de Agatha e Isabelly.

Tudo que durante algum tempo, de certa forma, lhes foi necessário fazer para se entender como mulher passável e inteligível e que, em certa medida, lhes causaram prazer em ver, agora também lhes causam alguns transtornos e dores. O gel de Agatha que fora aplicado no glúteo desce, gradativamente, para perna e da perna para o tornozelo. Saltos, impulsos, movimentações, potência, força e agilidade, capacidades motoras essas que agora não são realizadas com tanta qualidade de movimento como era antes.

Da mesma forma, isso também aconteceu com Isabelly. Em uma das perguntas que fiz para ela na entrevista sobre o rendimento em quadra, ela relata como foi a experiência de jogar em um campeonato masculino à noite:

Como é à noite, como você está, você não tem disposição para nada... no outro dia, quando você acorda, você não consegue nem levantar da cama. Porque sua musculatura está toda travada, tudo dura. Você sente dores, então às vezes tomo e às vezes não tomo remédio para dar uma melhorada nas dores, né, no inchaço, porque eu acordo no outro dia toda inchada, toda inchada, porque é no músculo, né, então tem tudo isso. Mas fisicamente eu fico podre, doída. Mas é por causa do hormônio, não tem como. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

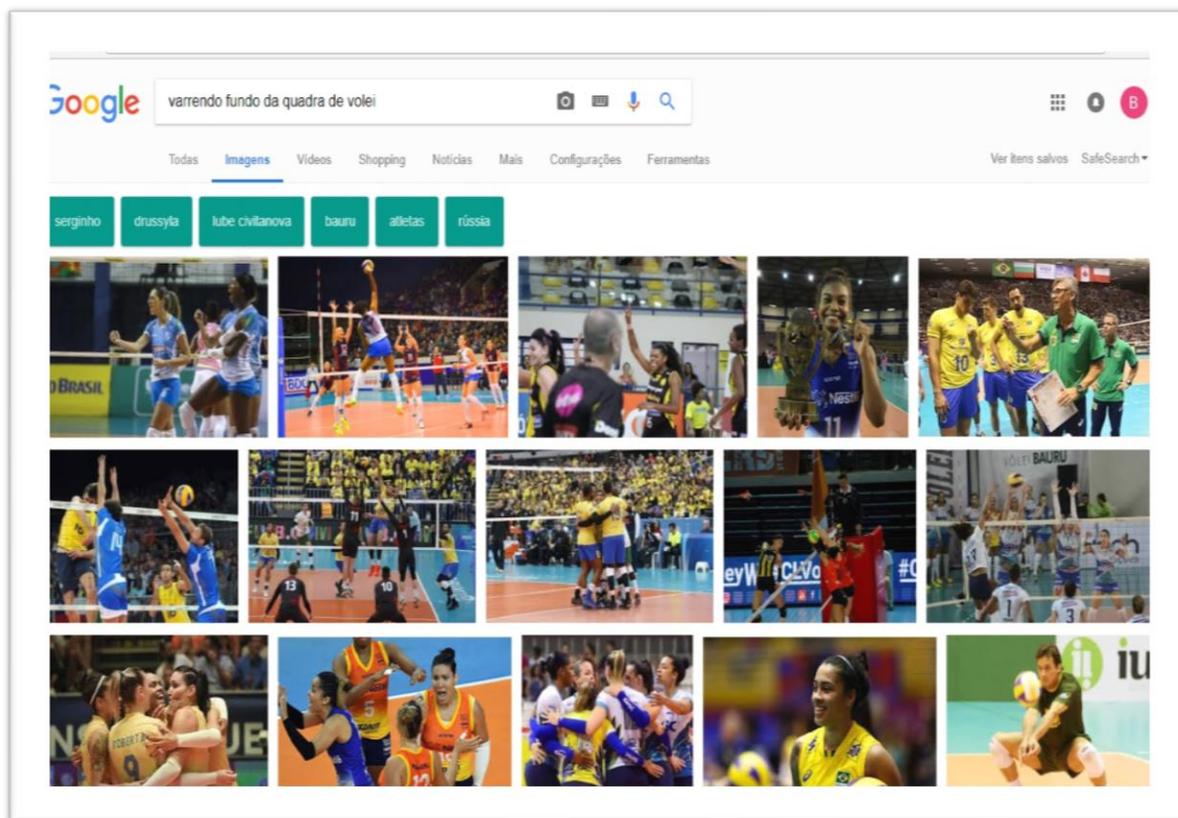
Mas, para além dessas habilidades motoras, há também, neste processo, subjetividades aspectos emocionais que estão totalmente associadas com a

hormonioterapia. Segundo Agatha, tomar hormônios “Não é fácil. Hormônio deixa a gente depressiva, deixa a gente... brocha, sem vontade nenhuma de fazer sexo, você entendeu? Níveis de humor, assim, picos de alegria e picos de tristeza, até depressão, sabe?!”. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Essas subjetividades dizem respeito sobre a vida da Agatha e Isabelly em quadra. Por mais que técnicos, comissão técnica, outras jogadoras e público em geral tenha expectativa de um corpo ainda de homem e uma performance masculina, é preciso pensar que este corpo sofre com suas alterações e consequências.

No que se trata de “performances semelhantes às ditas masculinas”, está para além das performances de gênero, associo aqui as habilidades que julgam ser majoritariamente masculinas como demonstra, ainda no mesmo jogo ao citado acima, o técnico do principal time adversário ao perder contra o time em que Agatha Montenegro joga, ele comenta com as jogadoras dele que só perderam para o time da Agatha porque tinha um “homem varrendo” o fundo de quadra.

Antes de iniciar uma análise quanto ao “varrer fundo de quadra”, trago aqui uma pesquisa que faço na ferramenta de pesquisa Google.com, na qual escrevo na barra de busca a seguinte frase: “varrendo fundo de quadra do vôlei”, com o intuito de perceber a quem estava destinada esta “função doméstica” de varrer, só que no vôlei.



(Retirado do site de busca Google.com na data do dia 22 de janeiro de 2019)

Como era de se esperar em uma sociedade em que dividem gêneros masculino x feminino em esferas opostas, nesta imagem fica possível perceber que o “varrer fundo de quadra” está muito mais associada como uma tarefa assignada para mulheres, pois, das quinze primeiras imagens que aparecem, dez são de mulheres e cinco de homens.

Concomitantemente essa imagem, na fala do técnico da Seleção Brasileira de voleibol, José Roberto, há vários pontos a serem pensados. Primeiro é que há, no contexto histórico/social, “relações de gênero que produzem hierárquicas de poder, baseadas em uma desigualdade universal, como oposição universal e estrutural entre esferas domésticas e públicas” (BENTO, 2005, p. 69). Como exemplo prático do efeito contrário de espaços domésticos reservados às mulheres, é o discurso do técnico quando coloca a ação de estar “varrendo” para se referir a um “homem”, tensionando os limites dos aspectos, comportamentos e ações referidas somente para mulheres, pois aqui, o varrer se refere de forma estratégica valorativa ao “homem”.

Segundo é, como a virilidade está associada ao órgão genital masculino e como a supremacia hétero macho é tão forte a ponto de apagar cinco mulheres em um "homem". Ao colocar que "só perderam porque tinha um homem varrendo o fundo de quadra", este técnico acaba por desmerecer/desqualificar todo o jogo das atletas do seu time. E como "os homens", com essa superioridade, mesmo tendo feito a transição, ainda são "lidos" como ameaça de uma feminilidade inferior.

Não apenas uma ameaça, mas, a partir do momento em que as mulheres transexuais estão inseridas, elas também começam a fazer parte desta estratégia de jogo. Uma vez que o corpo da mulher transexual é visto como um corpo capaz de anular ou diminuir todo um treinamento e prática de jogo de mulheres não transexuais, ela é reconhecida como parte importantíssima dentro de quadra.

Em uma das minhas entrevistas, essa com Isabelly, eu pergunto para ela sobre o convite que ela havia recebido de um técnico de um dos três melhores times de Campo Grande para jogar no time feminino.

A: Sobre esse método de compensação que você fala que "vamos manter uma aqui, porque já tem a outra ali. Vamos compensar para deixar os dois times fortes". Você acha que é uma forma de tentar equilibrar o nível, essas coisas?

T: É, eu acho que pode ter muito isso. Porque já rolou isso, de uma estar no time, e outros times quererem me cogitarem de eu estar dentro de quadra, tipo: "se tem ela lá dentro da quadra, por que é que eu não posso ter ela ali dentro para mim?". Independente de posição dentro de quadra, e também de tamanho.

Tá ali jogando. Se pode ter uma ali jogando, independente da posição, porque eu também não posso ter? Então, tem muito isso, tem muito esse "leva e traz", vamos dizer, entendeu? Porque a pessoa está lá, "por que eu não vou pôr outra?". (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Retroalimentando o que o campo e as entrevistas apontam, há naquela segunda notícia que trouxe aqui sobre a possível convocação da atleta de nível nacional, quando no final da matéria o técnico da seleção brasileira diz, "Melhor ter ela a favor do que contra".

Em se tratando das competições do sistema esportivo que, segundo Camargo e Rial (2009), seguem um padrão heteronormativo, pois são divididas

em equipes femininas e masculinas, compostas por atletas homens, mulheres não transexuais e pessoas não travestis, além das/os competidoras/es buscarem um alto desempenho nos termos do padrão masculino exigido, fica restrito e até de certa forma muito ingênuo pensarmos em um reconhecimento apenas de um sujeito que não tinha visibilidade no esporte e agora tem.

Há nesta relação de possibilidade de inserção e reconhecimento algo que poderíamos chamar de “reconhecimento tático e estratégico de jogo” que, para além de uma possível visibilidade trans, há, dentro da lógica heteronormativa do sistema esportivo, uma maneira de agenciar a inserção dessas mulheres em prol de benefícios para o time.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que parte importante desta inserção de jogadoras trans no vôlei de alto rendimento acontece a partir do decreto do COI, o qual as visibilizam, reconhecem-nas e as oportunizam estarem em quadra. Uma instituição que concede tantas possibilidades positivas também se torna a principal instituição de relação de poder e saber para controlar e monitorar esses corpos no esporte. Afinal, antes do decreto o regime de reconhecimento em relação aos times femininos para jogadoras trans era de invisibilidade, isto é, não era permitida a inserção de trans junto às jogadoras mulheres não trans.

Essa mudança do COI está definindo a fronteira entre o sexo a partir dos hormônios, fazendo com que as discussões que permearam esta dissertação saíssem do campo mais particular do esporte, levando-a para o campo de gênero e “sexo”. A fronteira aqui reconhecida foi nitidamente revelada através do número de hormônio, não apenas o nome no documento e na identidade. O esporte então tem a capacidade de antecipar fenômenos sociais. Do olhar o “sexo” para essa numeração hormonal. De algo extremamente vexatório (analógico) para o digital (Foucault – mudanças de regimes de verdade, de conhecimento), tendo assim o COI como uma instituição de controle.

Quando falamos em instituição que tem o “controle” sob esses corpos, é no sentido apontado por Michel Foucault de que, no século XIX e XX, o Estado era a instituição que regulava o sexo dos indivíduos. Ele afirma que havia uma polícia do sexo em que tinha “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (2017, p.31). É nesse sentido de possibilidades e não de proibição que o COI, por meio do decreto (entendido aqui, portanto, como dispositivo), instala um regime de verdade que impera sob como é “ser” jogadora trans, para além do que já é esperado sócio e culturalmente.

Por haver um éthos, também há uma busca permanente para atingir uma inteligibilidade de ser jogadora trans segundo o COI. Essa busca permeia entre a produção do corpo (hormonioterapia, gel, silicone e outras próteses de gênero) performaticamente feminino e também a legitimidade institucional (exames impressos e retificação do nome civil – mesmo que a retificação não seja uma exigência do decreto). Para tanto, sujeitar-se a cumprir todos os requisitos é se

colocar em um lugar de vulnerabilidade e correr riscos irreparáveis, como o caso de Agatha com seus movimentos limitados por conta do silicone líquido que migrou para seus tornozelos.

Porém, mesmo havendo riscos em deixar seus corpos expostos às vulnerabilidades, ficou notório que essa não é a parte mais importante para elas e para toda a comissão técnica e patrocinadores. Considerando a autorização do Campeonato A, em que Agatha só poderia jogar como líbero, e do Campeonato B, em que poderia jogar com ponteira passadora, entendemos que: ter em mãos um documento, trazer a legitimidade do gênero e “sexo” de mulher para a identidade tornou-se imprescindível para que as enxergassem como uma jogadora trans com todas as possibilidades de posicionamento em quadra.

Uma vez acessando este lugar de inteligibilidade segundo o COI, esses corpos trans começam a operar sob um outro regime de reconhecimento, passando da invisibilidade para a visibilidade em quadra durante os campeonatos femininos de voleibol. Agora, essas jogadoras tornam-se parte primordial para a vitória de suas equipes. E, quando em um campeonato há uma jogadora trans em um time e não nos outros, começam a haver interesses em contratar outras trans para as equipes.

Em se tratando das competições do sistema esportivo, segundo Camargo e Rial (2009), elas seguem um padrão heteronormativo; portanto, também binário, as equipes são divididas em femininas e masculinas, compostas por atletas homens, mulheres não transexuais e pessoas não travestis. Além disso, pelo fato das/dos competidoras/es buscarem um alto desempenho nos termos do padrão masculino exigido, fica restrito e, de certa forma, muito ingênuo pensarmos em um reconhecimento apenas de um sujeito que não tinha visibilidade no esporte e agora tem.

Relacionando o que o campo on-line e o off-line apontam, há algo a ser discutido em relação ao fragmento da entrevista com a Isabelly, citado anteriormente e aquela segunda notícia que trouxe aqui sobre a possível convocação da atleta Tiffany Abreu, de nível nacional, quando no final da matéria o técnico da seleção brasileira diz: “Melhor ter ela a favor do que contra”.

Há nesta relação de possibilidade de inserção, visibilidade e reconhecimento algo que poderíamos chamar de “reconhecimento tático e estratégico de jogo” que, para além de uma possível visibilidade trans, há, dentro

da lógica heteronormativa do sistema esportivo binário, uma maneira de agenciar a inserção dessas jogadoras trans em prol de benefícios para o time por não apagarem a ideia de que, no fundo, são “homens” que podem favorecer a vitória das equipes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. "Netnografia como Aporte Metodológico da Pesquisa em Comunicação Digital". **Revista Sessões do Imaginário**, v. 20 n. 2, p. 34, 2008. Disponível em <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/articloe/viewFile/1958/1535> Acessado 13 de agosto de 2018.

ALMEIDA, Caroline Soares de, et al. **Boas de bola**: Um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013.

ARÁN, Márcia. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, 2006..

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero**: A politização das identidades abjetas. Florianópolis, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017) Acessado em 13 ago. 2018.

BIZZOCCHI, Carlos. **O voleibol de alto-nível**: da iniciação à competição. Barueri: Manole, 2 ed, 2004.

BRITZMAN, Deborah P. **O que é esta coisa chamada amor**- identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, v. 21, n. 1, 1996.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30396.pdf> Acessado em 13 ago. 2018.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Dossier: **Transgeneridad:Cuerpo, Género, Identidad**. Revista Labia, No. 19, Lima, Marzo 2005, 2005.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Barcelona: Paidós, 2002

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod\\_resource/content/1/LOUR-OGuacira-L.\\_O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUR-OGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110) Acessado em 13 ago. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier e MORAES, Carmen Silvia. Esporte LGBT e Condição Pós-Moderna: notas antropológicas. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 10, n. 97, p. 269, 2009. Disponível em

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11817>  
Acessado em 13 ago. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/1488> Acessado em 13 ago. 2018.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832001000100005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832001000100005&script=sci_arttext&tlng=pt) Acessado em 13 ago. 2018.

DA SILVA MATIAS, Cristino Julio Alves; GRECO, Pablo Juan. De Morgan ao voleibol moderno: o sucesso do Brasil e a relevância do levantador. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 10, n. 2, 2012.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1, 2008.

DE ROSE, Dante Jr., DESCHAMPS, Silvia e KORSAKAS, Paula. Situações causadoras de stress no basquetebol de alto rendimento: fatores extracompetitivos. **Revista Brasil, Ciência e Movimento**. Brasília, v. 9, n. 1, p. 25, 2001. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/137871> Acessado 13 de agosto de 2018.

DUQUE, Tiago. **Montagens e Desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travesti adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

DUQUE, Tiago. **Gêneros Incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999. \_\_\_\_\_. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2008. Disponível em: [http://files.quehaja-luz.webnode.com/200000024-56b1a58a6f/BIB-foucault-em\\_defesa\\_da\\_sociedade.pdf](http://files.quehaja-luz.webnode.com/200000024-56b1a58a6f/BIB-foucault-em_defesa_da_sociedade.pdf) Acessado em 13 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. **Relaciones en publico**: microestudios del orden publico, Madrid: Alianza Ed., 1979.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo**. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro, 2001.

LEITE Jr., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LESSA, Patricia; VOTRE, Sebastião Josué. **Carteira Rosa**: A tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2013, 35.2.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticas de subjetivação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/16998/1/Maria%20Lucia%20Chaves%20Lima.pdf> Acessado em 13 ago. 2018.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Ed.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.9-34

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935, 2014. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/estufemi.22.3.935> Acessado em 13 ago. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos** v. 15, n. 32, p. 129, 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832009000200006&script=sci\\_arttext&tlng=ES](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832009000200006&script=sci_arttext&tlng=ES) Acessado em 13 ago. 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. SP: Abril Cultural, 1984.

MARCHI JR., Wanderley. **Sacando o Voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUSS, M. **As Técnicas Corporais**. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

McRUER, Robert. Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence. In: DAVIS, Lennard J. (Ed). **The Disability Studies Reader**. 2. ed. London: Routledge, p. 88, 2006.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: Cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41, 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000100003&script=sci_arttext) Acessado em 13 ago. 2018.

MILKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, Natal, v. 12, n.2, p. 09, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160> Acessado em 13 ago. 2018..

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2007.

MOREIRA, Tatiana Sviesk. **O voleibol feminino no brasil**: do amadorismo à profissionalização (Nome da revista ou livro) 2009.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89> Acessado em 13 ago. 2018.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em [www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/88/53](http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/88/53) Acessado em 13 ago. 2018.

PISANI, Mariane da Silva, et al. **Poderosas do Foz**: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol, (nome da revista ou livro) 2012.

PISANI, Mariane da Silva. **“Sou feita de chuva, sol e barro”**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. PhD Thesis. Universidade de São Paulo, 2018.

PRECIADO, Beatriz (Paul). **Manifiesto contra-sexual**: prácticas subversivas de identidade sexual. Madrid, Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRECIADO, Beatriz (Paul). **Testo yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

RIAL, Carmen. **Antropologia e mídia**: breve panorama das teorias de comunicação. *Florianópolis: UFSC*, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, n. 21, 2008. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301> Acessado em 13 ago. 2018.

SANTOS, Ailton da Silva. Transexualidade e Travestilidade: Conjunções e disjunções. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (Org.) **Transexualidades um olhar multidisciplinar**. EDUFBA, 2014. SAID, Edward. **Orientalismo** – O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da; RODRIGUES, Carmem Izabel. Digressões homossexuais notas antropológicas sobre coming out, Ethos LGBT e Bajubá em Belém-PA. **Revista do NUFEN**, v. 4, n. 1, p. 44, 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217525912012000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912012000100005) Acessado em 13 ago. 2018.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/21g3uGb09v00M05742W1.pdf>  
Acessado em 13 ago. 2018.

VALPORTO, Oscar. **Vôlei no Brasil – uma história de grandes manchetes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: **O Desafio da Cidade** –Novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. VENCATO, Ana Paula. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. Florianópolis, 2003. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2513> Acessado em 13 ago. 2018.

VIANA, Danielle Freire Wiltshire; MEZZARROBA, Cristiano. O esporte de alto rendimento faz mal à saúde? Uma análise das atletas da seleção brasileira de ginástica rítmica. **Revista Motrivivência**. Florianópolis, ano XXV, n. 41, p. 190, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p190> Acessado em 13 ago. 2018.